

A Casa Professa de São Roque e o Convento de São Pedro de Alcântara. Dois modelos arquitectónicos

Paula Noé

Uma eficaz gestão e protecção do património passa, necessariamente, pela sua inventariação e pelo conhecimento do seu valor histórico e artístico. Em Portugal, essa consciencialização surgiu pela primeira vez no século XVIII com D. João V, mas só se tornaria eficaz na segunda metade do século XIX, com o aparecimento de variadíssima legislação, como o decreto de 26 de Abril de 1870, relativo às atribuições da Direcção-Geral dos Próprios Nacionais, entre as quais figuravam a elaboração do cadastro dos foros e dos prédios rústicos e urbanos pertencentes à Fazenda Nacional. Possidónio da Silva, Presidente da Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, em 1881, foi encarregado pelo Governo de Fontes Pereira de Melo de inventariar e desenhar os monumentos nacionais dignos de nota. A partir da primeira década do século XX, surgiram outros diplomas revelando um propósito idêntico, embora com visão gradualmente mais alargada.

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa percebeu desde muito cedo essa mesma necessidade, antecipando-se aos organismos oficiais. De facto, tendo como uma das principais fontes de receita os rendimentos dos prédios, a Mesa da administração procurou controlar efectivamente os seus bens e, sobretudo, saber quais eram as “propriedades” da Santa Casa. Com esse objectivo, a 8 de Maio de 1854, ordenou à Contadoria que “forneça à Mesa um mapa de todas as pertencentes ao estabelecimento, localidades e rendimentos para resolver se se deva pedir licença para aforar”. Quando o referido mapa foi apresentado na reunião de Mesa do dia 10 de Junho, decidiu-se “que se remeta ao Exm^o Senhor Conselheiro Avelar para ter a bondade de o meditar e aconselhar a Mesa o que mais convier fazer-se”¹. Na sequência, tratou-se também da respectiva legalização dos prédios. Já no século XX, durante os anos 80, fez-se nova inventariação e cadastro dos bens da Misericórdia de Lisboa.

1. Rogério Seabra CARDOSO, *Provedores da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde 1851*, Lisboa, Arquivo Histórico/Biblioteca, 1995, pag. 16.



Panorâmica da cidade de Lisboa (pormenor),
Gabriel del Barco, c.1700, Museu Nacional do Azulejo

No século XXI, esse projecto alcançou uma nova envergadura, ao estabelecer, a 21 de Outubro de 2003, um protocolo com a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, responsável pelo Inventário do Património Arquitectónico nacional desde a década de 1990; tal permitiu à Santa Casa a utilização da metodologia desenvolvida pela DGEMN, que passou a coordenar o trabalho de inventariação dos imóveis com interesse patrimonial da Misericórdia, e a incorporá-los nas suas bases de dados, difundindo-os mundialmente através da Internet.

Como coordenadora desse projecto por parte da DGEMN, fomos convidadas a proceder ao estudo e análise arquitectónica de dois importantes imóveis propriedade da Misericórdia de Lisboa: a Casa Professa de São Roque e o Convento de São Pedro de Alcântara. Imóveis de ordens religiosas diferentes e, consequentemente, com dois modelos arquitectónicos distintos, mas com percursos várias vezes cruzados e um objectivo final comum.

A Casa Professa de São Roque

A Casa Professa da Companhia de Jesus na Província Portuguesa era composta pela igreja e pela zona residencial dos padres professos, os que faziam os quatro votos, responsáveis pelas principais actividades da Província, e que deviam viver na pobreza mais estrita, sem rendas fixas, mas de ocasionais donativos. Foi estabelecida em 1553 e possui, para uma construção jesuítica, a invulgar invocação de São Roque. Esta invocação liga-se à própria história da sua implementação, a qual nem sempre foi pacífica, assim como também não o foi a definição do seu modelo ou partido arquitectónico.

De facto, foi a escolha da capela de São Roque e respectivo adro para a construção da Casa Professa que determinou a sua invocação; fora construída em 1506 numa das colinas da cidade, no exterior da muralha fernandina, nas proximidades da torre de Álvaro Pais e do postigo de S. Roque, e

onde existia um cemitério para as vítimas de peste. Os padres justificavam a eleição, não só, como diz o autor anónimo de um manuscrito da BNL, pelo facto de “junto à ermida e em boa distância della, nam ouvesse casas, mas somente campo com algumas oliveyras...”, possuindo assim espaço para a nova construção, mas também por ser “muy sadio, por gozar ares puros e vento Norte”², uma das condições apontadas na Primeira Congregação-Geral, de 1548.

As negociações com a Irmandade de São Roque, instituída por volta de 1525, não foram fáceis nem pacíficas, mas com o apoio de D. João III e o papel de D. Pedro de Mascarenhas, antigo embaixador em Roma, que diligenciara a vinda de São Francisco Xavier e Simão Rodrigues de Azevedo a Portugal, conseguiu-se a cedência do local, mediante um acordo, que estipulava, nomeadamente, a manutenção do orago e a construção de uma capela com invocação a São Roque no interior do novo templo. A tomada de posse da ermida concretizou-se no dia 1 de Outubro de 1553, numa cerimónia onde esteve presente o próprio monarca, o príncipe D. João, o Infante D. Luís e o arcebispo de Lisboa D. Fernando de Meneses. A eucaristia foi celebrada pelo padre Jerónimo Nadal, Comissário-Geral de Espanha, e o sermão foi proferido por São Francisco de Borja, realizando-se ainda as primeiras profissões e votos na província de Portugal.

No dia seguinte, a Companhia, num total de 14 pessoas, transferindo-se do Colégio de Santo Antão, com o que precisavam “pera os cubiculos e pera o refeytorio, dizendo bem com a estreyteza e pobreza da casa as alfayas della”³, ocupou o coro, a sacristia, as casas térreas pertencentes à ermida de São Roque, onde até ali viviam o capelão e o ermitão e onde acolhiam os romeiros.

Em 1555 procedeu-se à primeira ampliação da igreja devido à estreiteza do local, cada vez mais concorrido, obrigando a que muitos dos que vinham assistir ao sermão tivessem de ficar no exterior da ermida, onde se colocou um púlpito junto à porta. Apesar dos intentos reais de construir-lhes uma ampla igreja, o Padre Comissário-Geral, Jerónimo Nadal e

2. *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, Tomo 1, Lisboa, Oficinas da Gráfica MCML, 1950, pag. 218.

3. *Idem*, pag. 220.

o Provincial de Portugal, Diogo Miranda, recusaram-no por não se enquadrar nos seus votos de humildade e pobreza. Assim, limitaram-se a aproveitar a ermida, que “lançada de Oriente a Poente (...) tinha de comprimento oitenta palmos ...” decidindo que “ficasse servindo de cruzeiro, & que de Norte a Sul se acrescentassem em comprimento outros oitenta palmos, que corriam do meyo da Igreja, d’onde ... está o pulpito, até aonde se abre a porta principal”⁴. Talvez mais ou menos por esta altura, conforme nos relata Baltasar Teles, “se mandou fazer hum corredorsinho estreito, lançando pera a banda do Poente, com oito cubiculos, no andar de cima, & algumas casas por baixo”⁵, de grande simplicidade. Contudo, segundo o mesmo cronista, o rei teria encomendado “ao seo mays estimado architecto” um novo templo e edifício anexo para morada dos Padres.

A traça de São Roque resultou de uma segunda ampliação, devido à insuficiência do espaço para acolher tão grande número de fiéis, efectuada a partir de 1565, em que se optou por um partido de uma nave, que se manifestaria polémico e difícil de implementar, devido à diferença de opiniões quanto à capacidade das paredes suportarem a cobertura, tendo mesmo levado à mudança para o partido de três naves e depois retomado o de uma⁶.

O architecto responsável pela traça, total ou parcial, de São Roque foi Afonso Álvares, conforme revelado por uma carta do Padre Francisco Henriques ao Padre Luís Gonçalves da Câmara, o qual teria desenhado também o madeiramento do tecto e coordenava a obra⁷. Foi ele ainda que, por 1568, reformou os confessionários com cantaria para ficarem mais fortes, e deu o parecer do traçado do corredor de acesso aos mesmos, feito pelo Padre Manuel Godinho. No entanto, segundo Fausto Sanches Martins, em Janeiro de 1601 foi transferido para São Roque o architecto Silvestre Jorge para “atender e cuidar das obras”⁸.

Os confessionários seriam substituídos por mais quatro capelas, durante a primeira década de seiscentos, ou pelo menos, antes de Baltasar Teles escrever a sua crónica, em 1647. Devido ao desejo de benfeitores instituírem capelas, construíram-se, então, mais quatro, “no lugar ...que he do pulpito pera baixo”, onde “havia d’antes huns nichos de pedraria burnida, muy bem ornados, & azulejados, & nelles seus confissionarios, com suas portas pera dentro, por onde entravam os Confessores, com grades de pãu preto”⁹, existindo por cima dos confessionários tribunas. Esta alteração modificou assim um pouco a aparência e a estrutura da igreja, que, como se apresentava, era um pouco diferente da

4. Balthazar TELLES, *Chonica da Companhia de IESU da Provincia de Portugal*, segunda parte, Lisboa, Paulo Craesbeeck, MDCXLVII, pag. 105.

5. Idem, pag. 107.

6. Em 1565 decidiu-se proceder a nova ampliação da igreja, de uma nave, para a construção da qual o Padre Manuel Godinho trouxera, em 1564, de Roma “certos desenhos”, desconhecendo-se, contudo, a sua natureza. Por uma carta do Padre Miguel de Torres, Visitador da Companhia, ao Padre-Geral Francisco de Borja, datada de 9 de Fevereiro de 1568, sabe-se das dúvidas surgidas aquando da construção do tecto da igreja, devido à dificuldade de arranjar vigas suficientemente largas que vencessem com segurança os “80 palmos” de largura, o que levou a mudar para um projecto de três naves, de que era partidário o Padre Miguel de Torres, decidindo-se conferir à nave central 44 ou 45 palmos, e às laterais 18 palmos, conforme a igreja de Valladolid que serviria de modelo. Quando decorriam as obras das três naves, erguendo-se já à altura de 10 palmos dois grossos pilares, e estando quatro arcos arrancados, dois para o lado da nave e outros dois para o lado da capela-mor, o architecto, o Cardeal D. Henrique e outros decidiram regressar ao partido de uma só nave e dar uma nova forma à capela-mor, ficando o architecto encarregue de refazer a traça da igreja, reduzindo-a a uma nave. Esta mudança não agradou ao Padre Miguel

de Torres que, poucos dias depois, ao escrever ao Padre Francisco de Borja se queixa do que se derrubara de obra de cantaria, “que es la mayor lástima del mundo”, o que causava murmúrios dos oficiais da obra. Pede ao Padre-Geral que mande vir o architecto João Tristano para resolver o assunto, mas o Geral, não o podendo libertar da construção em Roma, recomenda ao Padre Miguel Torres que se recorra aos architectos do reino que “por ser más prácticos de esa tierra”, poderiam ajudar melhor que o Irmão Tristano. O Padre-Geral escreve ainda ao Padre Luís Gonçalves da Câmara, para que ele juntasse os melhores architectos do reino, e, se não houvesse perigo na construção, se construísse a igreja de uma nave, “como se começou”, pois assim faziam a de Roma e era o melhor partido (in Paulo F. SANTOS, pp. 517-523).

7. Paulo F. SANTOS, “Contribuição ao Estudo da Architectura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil”, in *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, vol. IV, Coimbra Editora, 1966, pp. 525.

8. Fausto Sanches MARTINS, *A Architectura dos Primeiros Colégios Jesuítas de Portugal: 1542-1759. Cronologia. Artistas. Espaços*, (Tese de Doutoramento em História da Arte), 1.º vol., Porto, Faculdade de Letras, 1994, pag. 745.

9. Balthazar TELLES, *Chonica da Companhia de IESU*, pag. 113.

maioria das igrejas jesuíticas, cujas capelas laterais, quando existentes, surgem normalmente ao longo de toda a nave. Apesar de a Igreja de São Roque ter sido aberta ao culto em finais de 1573, as obras não estariam concluídas ou cedo se começou a melhorá-la. Foi o caso do novo madeiramento do telhado, encomendado, passados nove anos, por D. Filipe II, então na cidade de Lisboa, ao seu arquitecto, considerado por Paulo F. Santos como sendo Felipe Terzi, ou por M. Maia Ataíde como João de Herrera. Segundo o autor anónimo, as 12 traves que serviriam de linhas de asnas vieram da Prússia, as quais, com 97 palmos de comprimento, assentaram de cornija a cornija, atravessando a largura da igreja, sobre a qual se montou a restante estrutura do telhado, e, pela face interior, se forrou com “taboas de bordo, obra chã e lisa”¹⁰, sem “artezões” ou molduras, sendo depois pintado. Resultou, portanto, um tecto plano cobrindo toda a nave, solução menos comum nas igrejas jesuíticas, ainda que se pensasse que era a melhor em termos acústicos, permitindo absorver os ecos da voz durante os sermões. A sua estrutura de suporte, ainda que não fosse novidade no nosso país, acabou sendo encarada como tal, levando os cronistas a dizerem que era obra nova e “nunca usada neste Reyno” que causou grande curiosidade, sendo notável o concurso dos que ali acudiam para o ver¹¹.

Também a fachada principal da igreja foi sensivelmente modificada. De acordo com as palavras do Padre Pedro da Fonseca, ao escrever em 1586, ao Padre Cláudio Aquaviva, 5.º Geral da Companhia, decidiu “acabar la frontaria de la iglesia”, porque não havia correspondência entre o registo inferior e o “frontespicio que el año pasado se acabó de hazer”, julgando melhor ornar um de acordo com o outro. Ao desenho da frontaria, que havia sido feito por um arquitecto régio italiano, fizeram-se uns pedestais para os pilares junto ao chão, visto estarem muito simples e sem arte; um ornato superficial sobre as janelas do segundo registo, ainda que alguns pensassem bastar uma pintura a fresco, e colocaram meias colunas adossadas, com arquitrave e “frontispicio” sobre os portais¹².

Grosso modo, tínhamos a estrutura arquitectónica da Casa Professa de São Roque definida, a qual, ainda hoje, apesar das vicissitudes históricas, é passível de observação.

O modelo arquitectónico

A Casa Professa de São Roque é composta por uma igreja de nave única, seguindo a tradição nacional das igreja-salão, e que era a mais apreciada pela Companhia, visto o espaço unitário melhor se adequar ao culto, à administração dos sacramentos e à prédica, com capelas laterais intercomunicantes, encimadas por tribunas, cruzeiro inscrito e capela-mor pouco profunda, ladeada por capelas colaterais, desenvolvendo-se o edifício residencial à direita, à volta de dois claustros. Embora seguindo certas tradições construtivas nacionais, em termos planimétricos e de aparência compacta, São Roque conciliou-as com as orientações gerais da Companhia, o chamado “*modo nostro*”, de um esquema sistemático e regularizador, comparável a outros exemplares nacionais e estrangeiros.

A igreja, com a simplicidade e austeridade característica da primeira arquitectura da Companhia, tem a fachada de ordem toscana, delimitada nos cunhais por duplas pilastras, elementos que se repetem na divisão dos três panos, todas assentes em altos plintos, e com dois registos separados por cornija; são rasgados inferiormente por portais de verga recta com pilastras suportando frontões, o central triangular sobre friso de tríglifos e os laterais curvos formando concha, um pouco desproporcionada, encimadas por outras mais pequenas, já referidas na descrição de cerca de 1707, de Autor anónimo, e no superior por três janelas amplas, igualmente encimadas por frontões, o central triangular e os laterais curvos. No tímpano, onde hoje surge um óculo, surgia, em 1707, um nicho com imagem do Salvador do Mundo segurando o globo na mão, mudança ocorrida possivelmente depois do terramoto de 1755. O que acabámos de descrever corresponde à fachada representada no painel

10. *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, pag. 225.

11. TELLES, Balthazar, *Chonica da Companhia de IESU*, pag. 111.

12. SANTOS, Paulo F., *Contribuição ao Estudo da Arquitectura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil*, pag. 529.



Igreja de S. Roque, Panorâmica da cidade de Lisboa, Gabriel del Barco,
c.1700, Museu Nacional do Azulejo

de azulejos com vista da cidade de Lisboa, existente no Museu do Azulejo, atribuída a Gabriel del Barco, com nítidas dificuldades perspécticas.

As fachadas laterais da igreja são rematadas por cornija que, como tão bem descreve Baltasar Teles, têm um largo passadiço, onde se rasga o cano de escoamento das águas dos telhados e como é típico das igrejas jesuíticas surgem ritmadas por contrafortes, que aqui não são mais do que meras pilastras, umas delas mal colocada, acabando por ser interrompida por uma tribuna; à volta destas, desenvolve-se um amplo corredor que estabelece a comunicação com as tribunas da nave e com os torreões colocados nos ângulos da fachada posterior da igreja, iguais aos existentes no Colégio de Évora, e o corpo entre eles, que funcionaria como mirante, protegido por rótulas, tipicamente maneirista, subsistente até aos anos 80 do século XX, e a um outro corredor de acesso à estrutura do telhado. Esta estrutura, confor-

me já o dissemos, não constituiu qualquer novidade, como referem os cronistas, mas antes uma tipologia desenvolvida nos edifícios jesuíticos, que vimos surgir sobre tectos planos ou abobadados, como na Sé Nova de Coimbra, podendo apresentar-se com aspecto mais tosco, como no Colégio dos Grilos, no Porto, ou até com outros materiais, como na Casa Professa de Vila Viçosa, em que os pilares são em tijolo de burro. Os corredores laterais das naves eram fechados, como nos diz o autor anónimo, possuindo janelas que indirectamente distribuía a luz para a nave; pelo menos, desde há cerca de 100 anos, os da fachada Este formavam águas-furtadas, mas as do lado oposto apenas um corpo corrido telhado, aqui talvez devido aos vários corpos das irmandades que se foram construindo em ângulo para adaptação à estrada que ali corria¹³. Deste mesmo lado, existe ampla torre sineira, de características oitocentistas, mas cuja construção inicial deverá remontar ao século XVI¹⁴.

13. Em 1948, a CML faria o entrecorte no cunhal Sudoeste da fachada para permitir o estabelecimento de duas vias na estrada.

14. Com o terramoto de 1755, a torre caiu sobre as construções das Irmandades, arruinando, nomeadamente, a Casa do Despacho da Irmandade de

Nossa Senhora da Boa Morte (IAN/TT: Ministério do Reino, Maço 521, Capilha classe 3.ª, Divisão 19 Junta do Estado e Casa de Bragança, 1758-1759). Posteriormente, a torre sofreu várias reformas. Junto à torre ficava ainda o quarto do sineiro, característica comum noutros colégios jesuítas.

Interiormente, a igreja apresenta a nave com as quatro capelas laterais intercomunicantes, em cada um dos lados, abertas em arco de volta perfeita simples, assente em pilares, encimadas, já num segundo registo definido por cornija moldurada, por tribunas de verga recta, sobrepujadas por cornijas, terminando em cornija bastante avançada assente em modilhões, sobre a qual assenta o tecto; no pilar central, mais largo, dispõe-se, de cada lado, um púlpito rectangular de cantaria, acedido por porta, e dois nichos sobrepostos, albergando os Evangelistas. No início da nave, existe o coro-alto, assente em duas colunas, cujo tecto em 1707 era de “esteira, obra de estuque bem engeçado e dourado”¹⁵, abrindo-se no lado da Epístola uma porta grande de ligação ao claustro. No topo da nave, a capela-mor, pouco profunda, é enquadrada por pilastras toscanas de ordem colossal, e, colateralmente, dispõem-se duas capelas mais pequenas que as laterais, os chamados santuários jesuíticos, encimadas por duas tribunas sobrepostas, actualmente fechadas com vidro fosco. No braço do transepto, com arcos de acesso iguais aos das capelas, colocam-se também colateralmente duas pequenas capelas, possuindo, nos topos, o acesso à sacristia e ao segundo claustro; este último era ladeado por dois confessionários embutidos, possivelmente apenas para os Irmãos, cujos vestígios ainda são visíveis na parede interior do disposto a Norte, e onde deveria ter também um pequeno altar. Só se detecta a existência de confessionários no transepto na Casa Professa de Vila Viçosa, mas aí, surge um em cada braço do transepto. Apesar da sobriedade desta estrutura arquitectónica, típica em Portugal, ela é enobrecida pela decoração com que os patronos e benfeitores da Companhia a partir de finais de quinhentos desejaram dotar a igreja e as capelas que custearam, numa palavra, a casa de Deus. A porta do braço Oeste do transepto conduz à “casa da Via Sacra”, com retábulo e tendo nas paredes, em 1707, painéis com passos da vida da Virgem e por baixo revestimento de azulejos; no pavimento sepultura de D. Francisco de Bragança, e, fronteiro ao retábulo, porta chapeada a ferro para os corredores da casa, ainda exis-



Coberturas revelando a estrutura
dos primitivos claustros da Casa Professa

tente. À esquerda, uma outra porta conduz à sacristia, que tinha a Norte uma porta para um pátio e a Sul uma outra para a casa do lavabo.

Relativamente à zona residencial da Casa professa, a menos documentada e a mais modificada ao longo dos tempos, por isso com estrutura de difícil definição, podemos dizer que os dois claustros foram construídos sensivelmente ao mesmo tempo que a igreja, enquanto o Padre Pedro da Fonseca era Propósito. Segundo Baltasar Teles, foi ele que acabou o restante edifício, “que corre desdo lavatorio pela parte do Norte, & o que está lançado pela parte do Oriente, com os cubiculos, cisternas, abobodas, que servem de celeiros, com outras mais officinas...”¹⁶. Ou seja, volumetricamente, corresponderia ao rectângulo principal do actual edifício da Misericórdia de Lisboa, implantado no terreno de cota mais elevada, e cuja planta de 1808 permite ainda identificar alguns espaços.

Existem poucas casas professoras em todo o mundo com as quais se possam estabelecer comparações tipológicas mais profundas. Apesar disso, sabe-se que, estruturalmente, elas não diferiam muito da dos Colégios e, exteriormente, caracterizavam-se por uma maior sobriedade e austeridade. São Roque não fugiu à regra. A fachada principal tinha dois pisos, de vãos rectilíneos, extremamente simples, não devendo ser muito diferente da fotografia de princípio do século XX, em que mostra o primeiro piso com três portais de verga recta, encimados por cornija, intercalados por janelas de peitoril, sobrepostas, no segundo piso, por janelas de peitoril e

15. *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, pag. 228.

16. Baltazar TELLES, *Chonica da Companhia de IESU*, pag. 107.



Fachada principal da Casa Professa no século XIX

caixilharia de guilhotina. Entre a igreja e o corpo residencial existia um outro de fenestração irregular e mais elevado, correspondente à sacristia da Capela da Senhora da Doutrina (no 1.º piso), e possivelmente às suas 6 casas do despacho e secretarias que sabemos que tinha nos “dormitórios e no claustro”¹⁷. A portaria, seguindo a tipologia das Casas Professas, situava-se próxima do portal da igreja, permitindo aos seus frequentadores o acesso fácil ao domicílio dos sacerdotes e conversar com eles nas dependências da portaria, ou reunirem-se nas salas das Irmandades instituídas na igreja ou no edifício. Em 1759, a portaria possuía um relógio de parede e um guarda-roupa grande e, fronteiro ao portal de acesso, um altar com imagem do Crucificado¹⁸. A sala que se lhe seguia deveria ser o locutório. O claustro da portaria, como era

então chamado, de dois pisos separados por cornija, possuía, no primeiro, arcada de 5 X 3 arcos de volta perfeita assentes em pilares, e, no segundo piso, janelas, possivelmente também de guilhotina; para a ala Norte abriam-se cinco capelas, duas delas da Irmandade da Senhora da Doutrina, abrindo a do topo Este também para o segundo claustro¹⁹; tinha ainda 36 painéis, em bom uso e 10 outros rotos. No segundo piso, virado a Sul, dispunha-se um dormitório, conforme nos revelam alguns documentos relativos a uma demanda entre os Padres da Companhia e o Conde da Vidigueira no século XVII²⁰. Sabemos que existia um dormitório no 1.º piso, chamado de baixo, que tinha um relógio de parede, 36 painéis em bom uso e 26 confessionários levadiços, mas não sabemos em que claustro e ala do mesmo ficava.

17. IAN/TT: Ministério do Reino, Correspondência expedida para a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: Relação, valor e resumo de todos os bens existentes na Casa Professa de São Roque..., livro 376, 1774, pag. 48.

18. *Documentos para a História da Arte em Portugal*, n.º 5, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, MCMLXIX, pag. 21.

19. No Inventário da Igreja e sacristia de São Roque, datado de 1698, faz-se referência às Capelas dos Enfermos, de Santo Inácio e de São Lucas. Não

sendo nenhuma das capelas da igreja, poderá corresponder a alguma destas do claustro ou pertencer a outra zona da casa, já que não existindo casa do capítulo nos edifícios jesuítos, era nas capelas que se faziam as cerimónias da Profissão e Renovação de votos.

20. IAN/TT: Ministério dos Negócios Eclesiásticos, Maço 58, Capilha ou Maço 3, Doc. 32.

Um outro dormitório corria a Este, ao longo de um ou dos dois claustros, como mostra a mesma documentação, articulados por amplos corredores, sendo que à volta do segundo claustro e por detrás da igreja deveriam localizar-se os outros espaços típicos: o refeitório, normalmente antecedido pela casa do lavatório, a cozinha, dispensa, casa dos despejos, rouparia, oficinas, celeiros, cavalariça e outras dependências. Por exemplo, em 1647, existia, no piso de baixo, a enfermaria²¹, junto à qual era comum se dispor a botica e o cubículo do enfermeiro, podendo por vezes ter capela própria. Visto que uma das capelas do claustro da portaria comunica com o segundo pátio, é possível que fosse essa a capela dos enfermos e junto dela ficasse, então, a enfermaria e demais dependências. Nas casas professas e colégios existiam ainda a Livraria, integrada nos corredores habitacionais, e livrarias particulares. Para permitir o abastecimento e assistência aos pobres, era comum existir também a chamada portaria dos Carros. Em São Roque ficaria a Norte em alguma das construções que se dispunham do lado Oeste, junto à porta do Carro, cuja denominação permaneceu até final do século XIX, e que hoje constitui o acesso a vários serviços.

A instalação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

A 19 de Janeiro de 1759, D. José ordena que se procedesse ao sequestro de todos os bens que a Companhia de Jesus detinha em Portugal, internando os seus membros sob custódia dentro dos edifícios. Cercada a Casa Professa de São Roque, procedeu-se, a 5 de Fevereiro do mesmo ano, ao auto de sequestro dos seus bens, assinado pelo Desembar-

gador João Alberto de Castelo Branco. A expulsão dos membros da Companhia dar-se-ia pouco depois. Vago o edifício de São Roque, o Marquês de Pombal doa-o ao Provedor e demais Irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a 8 Fevereiro de 1768²².

A braços com alguns problemas de instalação quer da sede, quer do recolhimento, ainda em consequência do terramoto de 1755, a Misericórdia desde logo pretendeu ocupar o edifício cedido, começando, para isso, a proceder às adaptações e reformas necessárias. As primeiras obras realizadas decorreram, grosso modo, entre Março de 1768 e Maio de 1769, na igreja, constituindo essencialmente em pequenos concertos e adaptação às necessidades litúrgicas das Misericórdias, e no restante edifício para instalação dos serviços, como a tesouraria, secretaria, casa dos cofres, casa da Mesa e o próprio recolhimento²³.

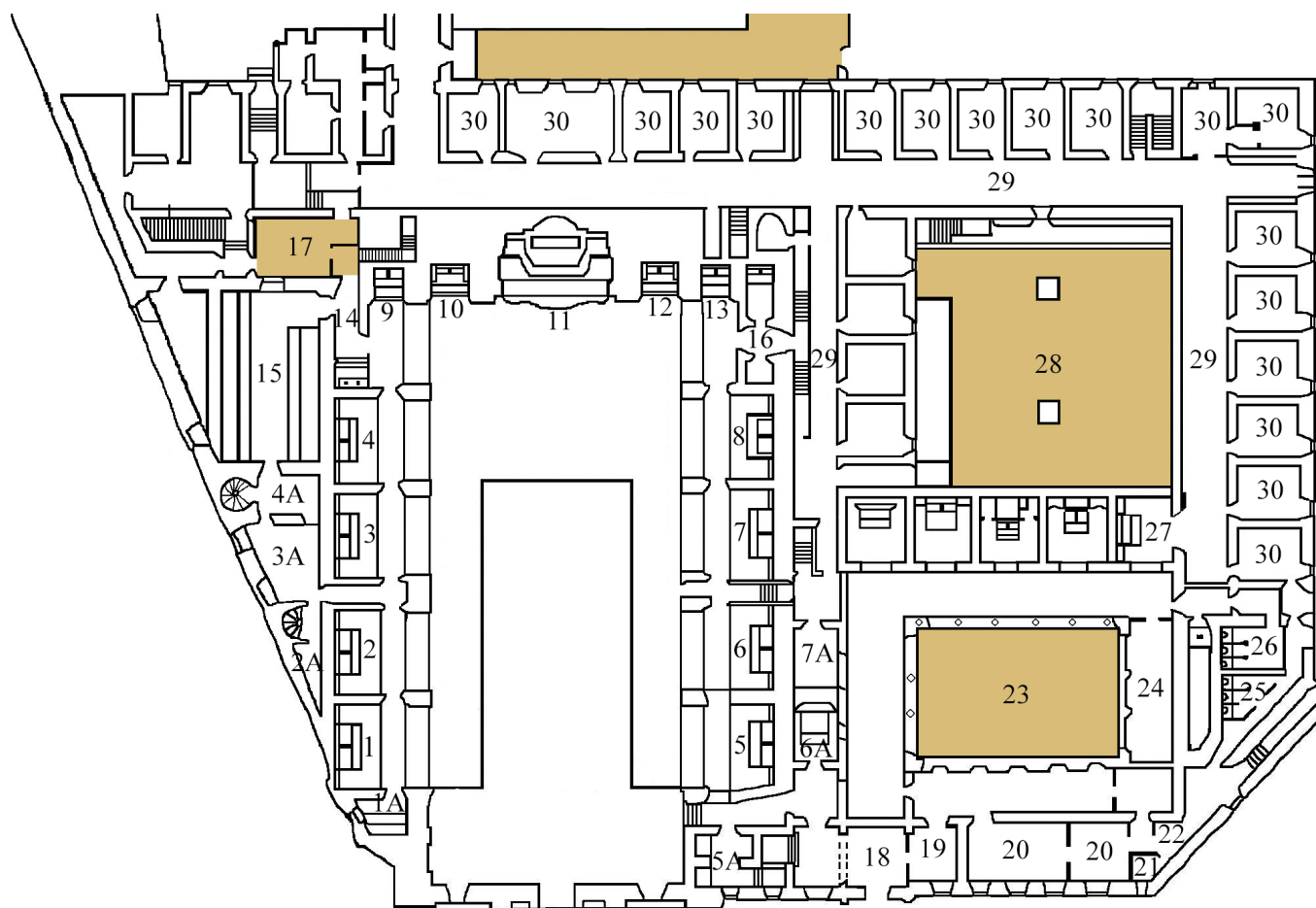
Assim, logo em Março iniciou-se a execução de um cadeiral para os Mesários na igreja, fronteiro à capela-mor. Foi construído pelo marceneiro Alexandre Pedroso, a quem se pagou, entre Março e Agosto, 641\$405 rs, dos quais se sabe terem sido pagos 141\$900 rs pelas madeiras nobres com que foi feito, nomeadamente pau-santo, “couçoeiros de jacarandá”, pranchas de murta e frechais para o estrado, pagando-se ainda, à parte, mais 86\$400 por 3 dúzias de “cosçoeiras” de jacarandá. Em Julho deveria estar concluído, visto ter sido pintado por Manuel Gonçalves Vidal. Na igreja, poucas mais obras se fizeram, procedendo-se à sua pintura, em Setembro, igualmente por Manuel Gonçalves Vidal e seus ajudantes, Joaquim de Azevedo, José António, José de Barros e João Pereira, a quem se pagou 59\$815, por pinturas e douramentos, e, em Março do ano seguinte, 6\$800 pela pintura da “Capela de Nossa Senhora do Altar

21. Balthazar TELLES, *Chronica da Companhia de IESU*, pag. 107.

22. Tendo em atenção o papel da Misericórdia, que sustentava quatro hospitais públicos, a Casa dos Expostos, um Recolhimento, etc., o Marquês de Pombal, a 31 de Janeiro de 1775, doa-lhe ainda todos os bens, até ali ainda não cedidos, pertencentes às Confrarias existentes na Igreja de São Roque, por terem vagado com a extinção das mesmas; designavam-se de N.ª Senhora da Doutrina, N.ª Senhora da Boa Morte, N.ª Senhora da Piedade, de Jesus Maria José, de Santa Quitéria, de Santa Rita e de São Francisco Xavier (IAN/TT:

Ministério do Reino – Correspondência expedida para a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1765-1837, Livro 376, pp. 40 e 40v).

23. Este estudo só foi possível mediante a consulta dos Documentos da Despesa do Cofre, existentes no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, um núcleo riquíssimo em informação, que continua, na sua quase totalidade, inédita. Pela impossibilidade de desbravar toda a documentação entre 1768 até à actualidade, tarefa que urge realizar, acabámos por fazer algumas incursões em períodos que consideramos chaves na história do imóvel.



Cópia anotada da *Planta geral da Igreja de S. Roque, cerca e mais edifícios que hoje pertencem à Santa Casa da Misericórdia*, c. 1808, Arquivo Histórico / Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

- | | |
|---|---|
| 1 – Capela de Jesus, Maria, José (1647) | 12 – Capela das Santas Virgens (1647) / de N.ª S.ª do Pópulo (1808) |
| 1A – Sacristia da Capela de Jesus, Maria, José | 13 – Capela de N.ª S.ª do Desterro (1647) / de S.ª Quitéria (1808) |
| 2 – Capela de S.º António (1647) | 14 – Casa da Via Sacra |
| 2A – Provável sacristia da Capela de S.º António | 15 – Sacristia |
| 3 – Capela de Jesus (1647) | 16 – Confessionários |
| 3A – Provável sacristia da Capela de Jesus | 17 – Pátio |
| 4 – Capela do Espírito Santo (1647) / Capela S. João Baptista (1747) | 18 – Portaria |
| 4A – Casa do Lavabo / Sacristia da Capela S. João Baptista (1747) | 19 – Locutório |
| 5 – Capela de N.ª S.ª da Doutrina (1647) | 20 – Secretaria (1808) |
| 5A – Sacristia da Capela de N.ª S.ª da Doutrina (1647) | 21 – Casa da Roda (1808) |
| 6 – Capela de S. Francisco Xavier (1647) | 22 – Casa da Ama da Roda (1808) |
| 6A – Sacristia da Capela de S. Francisco Xavier | 23 – Claustro da portaria |
| 7 – Capela de S. Roque (1647) | 24 – Casa dos Padres Capelães (1808) |
| 7A – Sacristia da Capela de S. Roque | 25 – Casa da Roda (1808) |
| 8 – Capela de N.ª S.ª Assunção / de N.ª S.ª da Conceição (1647) / do Santíssimo Sacramento (1808) | 26 – Latrinas (1808) |
| 9 – Capela da Santíssima Trindade (1647) | 27 – Capela do Baptismo (1808) |
| 10 – Capela dos Santos Mártires (1647) | 28 – Pátio com cisternas |
| 11 – Capela-mor | 29 – Corredor |
| | 30 – Cubículos das amas e expostos (1808) |



Interior da Igreja de S. Roque no final do século XIX

Mor”, 6\$000 de seis rótulas grandes das tribunas e 1\$600 do tecto “emgecado por cima do coro”; comprou-se a lâmpada para a capela do Santíssimo; e Manuel Ângelo Vila consertou o órgão, em Julho (48\$000) e, novamente, em Maio de 1769 (96\$000). Mesmo antes do conserto, o órgão tocava, conforme se depreende pelo pagamento do ordenado de Março, de 7\$500, ao organista Félix dos Santos, mas ele acabaria por ser vendido, em 1843, para instalar, perto

do cadeiral dos mesários, o que se deslocou da Igreja de São Pedro de Alcântara, conforme nos mostra uma fotografia antiga²⁴. No final do ano de 1768, pagava-se ao Irmão José Brabo 26\$500 de férias pagas aos oficiais que se achavam consertando os ornamentos e armações da igreja, a Paulo de França pelo conserto do relógio da sacristia e da torre, por 40\$600, a qual também sofreu obras no valor de 170\$995. O projecto da reforma do edifício para instalação dos serviços e do Recolhimento foi executado pelo arquitecto Rimigio António, que, pelo risco e assistência pessoal à obra, recebeu, a 8 de Dezembro, 96\$000 rs. A obra de pedraria e carpintaria esteve a cargo de Irmãos da Misericórdia, seguindo a própria tradição dos jesuítas que, normalmente, recorriam aos seus membros para as obras e manutenção dos edifícios. Assim, ao Irmão pedreiro Francisco Xavier Pinto pagou-se pela obra e em jornais pessoais e dos oficiais de cantaria e alvenaria que com ele trabalhavam na casa da Mesa, secretaria, contadoria, oficinas e demais espaços da administração 2:199\$695 e no Recolhimento 1:169\$064. O Irmão carpinteiro António Rodrigues Gil recebeu pela obra e férias pessoais e dos seus assistentes (que, por exemplo, em Setembro eram 108) da casa da Mesa e administração 3:310\$490 e no Recolhimento 2:051\$712. Os dois mestres receberam ainda por obras não especificadas 1:168\$670 e 750\$984 de pedraria e carpintaria, respectivamente. Houve um contrato esporádico a um outro pedreiro, Manuel Rodrigues da Costa, a quem se pagou, em Julho de 1768, 176\$637, mas desconhece-se o trabalho específico que realizou.

24. De facto, em sessão de Mesa de 9 de Março decidiu-se transferir para a Igreja de São Roque o órgão existente na Igreja de São Pedro de Alcântara, se encontrassem quem fizesse a mudança por 300\$000 e se vendessem o que então ali existia. Esta mudança estava concluída no mês de Setembro, visto que logo na primeira semana se consertava o vão deixado vazio na igreja de São Pedro e se pagava, no dia 13, a António Inácio Branco, 290\$000 pela colocação em São Roque: 250\$000 pela mudança propriamente dita, 25\$000 pela teia balastrada que recebeu e 15\$000 pela cobertura da máquina do órgão. Foi colocado no braço Este do transepto, talvez para ficar mais perto do cadeiral dos mesários, mas sobretudo porque o antigo órgão de São Roque ainda estava no coro, já que, só na sessão de Mesa do dia 12, se decidiu vendê-lo ao Hospital de São José por 300\$000. Ao novo órgão de São Roque acrescentou-se a tribuna, onde trabalharam, por 27\$785, os carpinteiros

António Gonçalves, António Martim, José António, António Lino, Joaquim Ventura e Francisco da Silva e os pintores Matias José de Lima e José Marco-lino; no final, foi afinado por António Luís da Rocha ...?, por 80\$000. Posteriormente, em 1893, o órgão foi deslocado para o coro-alto, que para isso se construiu de novo, ampliado, e colocado num outro “coro” ou tribuna mais elevada e independente do primeiro, de modo a criar dois espaços separados, um para o órgão e outro para a assistência. Aproveitou-se, igualmente, para substituir a tribuna com cadeiral da capela-mor, por outra com menos 20 cm de altura e 90 cm de largura, colocando-se uma balastrada igual à da nave, pintada a imitar pau-santo e o soco a imitar mármore cinzento. O encarregado desta obra foi o condutor das Obras Públicas e de Minas António César Mena Júnior.

Relativamente à construção, verificamos uma grande preocupação com os materiais empregues, sobretudo na zona mais nobre, e especialmente no que concerne a madeiras, comprando-se, entre outras, madeiras do Brasil, “madeira de bordo”, pau-santo, pinho da Flandres, vigas de Riga (madeira de pinho ou carvalho proveniente de Riga, a capital da Letónia), carvalho, castanho e casquinha num total de 3:224\$555²⁵. A cal vinha do estrangeiro ou de Alcântara, sendo esta de menor qualidade. A despesa dos vidros foi de 171\$775, sabendo-se nomeadamente a proveniência de alguns e quem os colocou. As compras foram feitas a Inácio Simmesman e a Agostinho Favarotte, sendo o Irmão vidraceiro Filipe Nunes Colares; a maior encomenda, no valor de 110\$345, foi feita a João Cristóvão Hanne, sendo estes colocados pelo mesmo vidraceiro por 33\$960.

Quanto aos trabalhos de serralharia, podemos apontar a do mestre ferreiro Crespim José de Almeida, a quem se pagou pela sua fêria e dos oficiais que com ele trabalhavam 161\$470, onde se incluía a obra do terreiro, em Outubro, e as grades para o recolhimento, pagas em Novembro²⁶.

A pintura nos edifícios foi realizada pelo Irmão Manuel Gonçalves Vital, a quem se pagou de jornais e materiais 376\$740, existindo apenas um recibo, de Julho de 1768, relativo ao pagamento a João Crisóstomo, pela pintura na casa do despacho, casa dos cofres e secretaria, no valor de 45\$775. Grande parte do edifício recebeu revestimentos ou

silhares de azulejos, fornecidos e feitos pelo mestre azulejador Teotónio dos Santos da Cruz, que forneceu igualmente “tijolo rebatido para ladrilhar entradas de janelas” e “lajes de Holanda” para as mesmas, a quem se pagou na totalidade, pela importância de jornais e outras despesas, 662\$740²⁷. O ladrilhador foi Gregório João e, em Outubro, o oficial era João de Deus, mas normalmente a documentação não refere o nome dos trabalhadores subcontratados na obra do azulejo.

O projecto implicou a demolição de alguns espaços da antiga casa professa como, por exemplo, o refeitório; no entanto, respeitou a maior parte da estrutura, sobretudo à volta do claustro da portaria, o que recebeu maior atenção decorativa. Na ala virada ao largo de São Roque instalaram-se os principais serviços: a seguir à portaria, que se manteve, instalou-se a secretaria e casa da roda, no primeiro piso, e a “casa da Mesa” ou sala do despacho no piso superior. As capelas do claustro foram mantidas, dispondo-se, possivelmente à volta do segundo claustro e ao longo do corredor posterior, o edifício do recolhimento. A fachada posterior, junto da qual se desenvolviam pátios, era fechada a Noroeste por construções incaracterísticas²⁸ no meio das quais ficava a porta do carro, e a Este manteve-se a cerca.

Na portaria, colocaram-se azulejos de “mosaico” e compraram-se 469 azulejos novos para guarnecer o velho existente na escada, em florão; em Março de 1769,

25. Os pagamentos relativos às madeiras são: 485\$146 de madeira de bordo a José António Monteiro; 150\$000 a José Pereira de Sousa Caldas por 150 pranchas do Brasil; 104\$400 a Manuel Rodrigues de 20 vigas de carvalho; 405\$295 a António Antunes por paus de castanho e outra; 196\$560 a José Lopes de vigas de castanho e carvalho; 60\$080 a António Martins Ferreira, 124\$270 a Estêvão Ribeiro Abrantes e 74\$480 a António Martins Ferreira de castanho; 430\$465 a Frederico António Stiefhen de 50 vigas de Riga; 44\$000 a José Lopes de madeira do Brasil e pau-santo; 131\$040 a António José de Sousa de pinho de Flandres; 31\$425 a António dos Santos Joaquim e 150\$000 a José Lopes por vária madeira; 212\$784 a Manuel Moreira de Beça; 278\$450 a Manuel Rodrigues; 180\$000 a António José de Macedo; e 166\$160 de casquinha para a Casa da Mesa. A pedra para a obra devia ser comprada pelo próprio pedreiro, visto existir pouco mais do que o pagamento feito em Setembro a Tomás Álvares de 8\$740, por 23 varas de lajedo.

26. A obra de serralharia propriamente dita foi feita por Alexandre Gomes da Costa, que recebeu 45\$900, sendo 7\$410 para pagar as fechaduras com

escudetes de latão dourado para os gavetões da sacristia, e a do funileiro Joaquim Caetano do Vale custou 16\$220. Existem ainda os pagamentos de 15\$800 ao mestre serralheiro Manuel da Silva; de 50\$610 a Vicente Pereira 50\$610 de ferragens; de 342\$534 a Mayne & Campanhia de ferro sortido em barra para a obra; 241\$335 de pregos e 26\$162 de rolo de chumbo comprados na loja de Francisco Maurício dos Santos.

27. Os recibos relativamente ao trabalho do mestre azulejador Teotónio dos Santos da Cruz revelaram-se dos mais pormenorizados quando aos trabalhos efectuados, permitindo-nos definir alguns espaços e o número dos azulejos que receberam. Assim, sabemos que se consertaram azulejos e “boteco” azul para “as casas que foram da Congregação”, pintaram-se alguns e assentaram-se azulejos velhos em Outubro de 1768.

28. Estes edifícios, designados de pardieiros, foram reparados para posterior aluguer, entre Julho de 1782 e 10 Julho de 1784, por 4:392\$880 (A.S.C.M.L., Livro do Registo dos Avisos e Ordens da Mesa feito no Ano de 1766).

contrataram-se calceteiros para a obra que ali era feita, talvez no pavimento e manteve-se o oratório. Na secretaria, que tinha 6 janelas dando para o jardim, recebeu decoração em estuque, tal como a dos cofres, e colocaram-se 21962 azulejos de “brotesco” azul (89\$296). Na casa da roda também se colocaram azulejos (702, por 10\$885), mas não se indica o tipo.

No segundo piso, fizeram-se armários no corredor de ligação entre o coro e a casa do despacho, os quais se deviam interligar com a escada, visto por vezes se referirem a “casa dos armários da escada do coro”. A sala central da ala virada ao Largo de São Roque, onde se instalou a casa do despacho, foi a mais decorada. Recebeu azulejos de “brutesco” “de cores” (2096, por 85\$936) e trabalhos de estuque pelo famoso mestre João Grossi, a quem se pagou por este trabalho e também o da secretaria e casa dos cofres, a 8 Dezembro, 177\$600. A decoração foi completada com a pintura da mesa e o “estrado em roda tudo fingido” e duas carrancas douradas para o reposteiro da porta de acesso, logo em Julho de 1768, por Manuel Gonçalves Vital, por 4\$315, e painéis pintados, dourados por Manuel Fonseca Barroca, a quem se pagou, a 21 Março de 1769, 8\$000.

O claustro da portaria foi igualmente azulejado (com 6314 azulejos), de padrão não indicado, que importaram 39\$912; o pintor Manuel Gonçalves Vital pintou os tectos, todos os arcos e faixas, “dados de alvayade, a olio, com duas demãos”, e as grades de preto, com os ornatos de amarelo, e as portas e grades em verde, por 82\$300. No segundo piso executaram-se 16 janelas de sacada, com pedra “bastarda escodada”, fornecida em Setembro por Tomás Álvares, por 105\$840, cada uma delas levando 24 vidros (feitos por João Cristóvão Hanne, por 7\$680), e grades de ferro lavrado por Guilherme Weingarten, a quem se pagou, em Dezembro, 307\$200. No claustro verificou-se ainda a colocação de 4 grades de pau-santo, possivelmente nas capelas, por Gonzalo José, que por esse e outros trabalhos recebeu 44\$480, restauraram-se 14 painéis, 10 deles com a vida da Virgem,

pelo pintor Nicolau Tolentino, por 22\$800, e colocaram-se algumas árvores na quadra.

O chamado corredor grande, possivelmente o existente ao longo da zona posterior da igreja e segundo claustro, foi azulejado com padrão de “mosaico”, bem como duas outras salas que não se identificam, por 60\$500. Um outro corredor recebeu azulejos “de garas” (17\$236). Outros espaços existem que julgamos localizados no núcleo da antiga casa professa, mas que se desconhece o seu posicionamento exacto; é o caso da casa do confessor, que tinha clarabóia, a casa para as capas dos Irmãos, que recebeu 877 azulejos (4\$033) e até a enfermaria, junto da qual ficava um oratório, talvez o reaproveitamento da primitiva.

Relativamente ao Recolhimento, as informações são mais escassas. Sabemos possuir refeitório, dormitórios, duas casas da grade, que levaram 848 azulejos (13\$144), e uma ermida, também ela azulejada, com azulejo “almofadado entrefino” (44\$688). Nas suas proximidades existia ainda a casa das tumbas e a casa do carvão.

No final do ano de 1768, reunidas as condições mínimas de habitabilidade e mesmo antes de terminadas as obras, as órfãs foram transferidas para o novo Recolhimento em São Roque, pois a 19 de Dezembro, pagou-se 38\$400 ao porteiro pelos coches que as conduziram. Em Abril de 1769, ali viviam 40 órfãs, mais as preladas e serventes.

Em 1771, na sequência do pedido da Misericórdia ao rei, os Expostos são transferidos para o edifício de São Roque, visto encontrarem-se numa “barraca de madeira que por todos os lados está aberta, e sujeita ao ardor do sol”²⁹. O Monarca, reconhecendo tão urgente necessidade, autorizou a transferência, mesmo sem se realizar nenhuma “obra maior”, a qual se procederia assim que arranjassem a verba necessária.

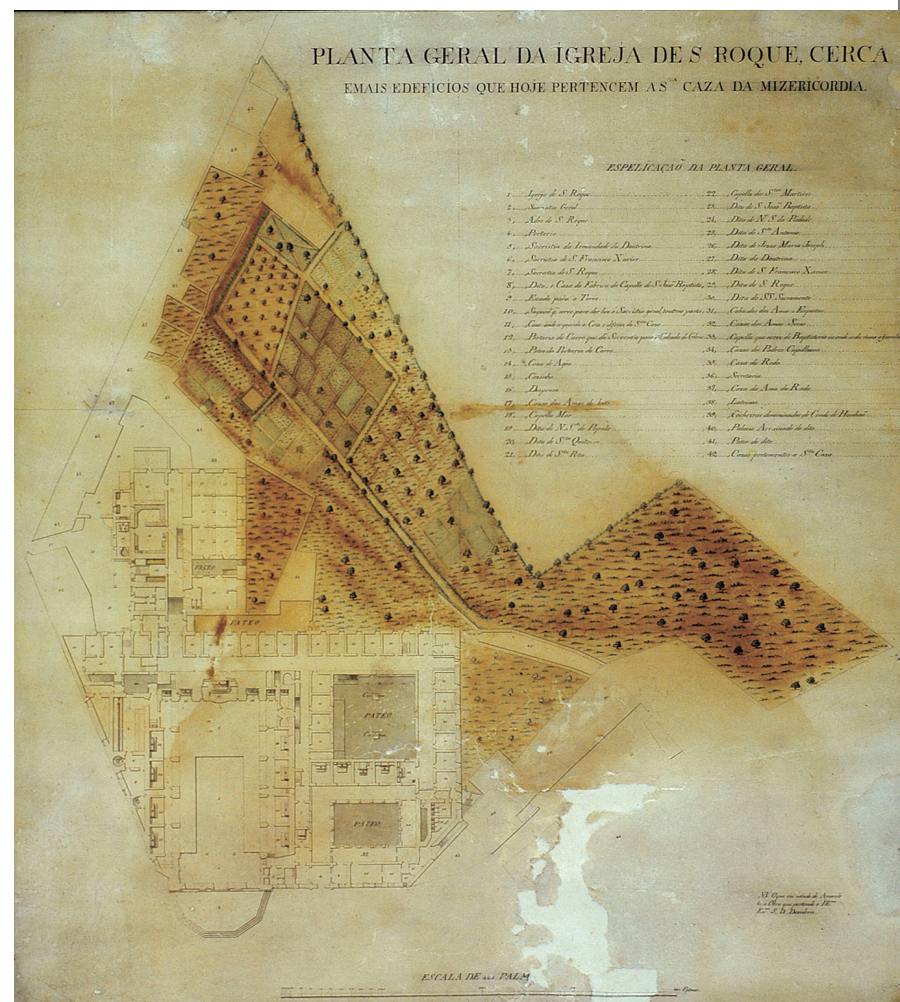
Em 1775, entravam anualmente no hospital dos Inocentes Expostos 1300 crianças, que ali permaneciam até aos 7 anos, resultando num número total de 4000 expostos por ano³⁰, sendo necessárias rápidas transformações e acréscimos no

29. IAN/TT: Ministério do Reino, Correspondência expedida para a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Livro 376, pag. 20v.

30. Idem, pag. 35

edifício. Em 1788, para além das obras no recolhimento (de carpintaria no valor de 1:824\$525, mais 263\$315 de materiais, 20\$744 pela pintura dos tectos e 9\$000 pelos confessionários para o mesmo³¹), os documentos referem já pequenas reparações na “Real Casa dos Expostos” e na roda dos expostos. O teor destas obras é documentada pela planta térrea do edifício, de inícios do século XIX, existente no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, e uma outra em papel marion datada de 1808³², que representa um grande número de quartos das amas dos expostos à volta do segundo claustro e corredor posterior da casa, bem como a construção de um novo corpo rectangular, disposto perpendicularmente ao edifício principal e comunicando com ele. No primeiro claustro mantiveram-se essencialmente os mesmos serviços, mas entre Abril e Junho de 1800 construíra-se na ala Este a casa dos Padres capelães, por 403\$695³³, e, entre Junho de 1807 e Agosto de 1808, para além das obras nos telhados da igreja, capelas, restante edifício e casa dos expostos e arranjo da cerca, procedeu-se a ampla reforma da “casa da roda”, composta por casa de água, oratório, quarto da ama seca, quartos das amas, casa do carro com rótula e cozinha com amplo fogão, que então se comprou; era encarregado nestas obras, o mestre José Francisco de Abreu, que recebeu 1:508\$315, sendo os pedreiros Joaquim José e Joaquim Santos e os carpinteiros António Gomes, António Joaquim, José da Silva, Constâncio José, Manuel Ferreira e João de Paiva, cuja folha de férias totalizou 177\$545³⁴. Ao longo dos anos, muitas obras de restauro, remodelação e ampliação se procederam, devido à constante adaptação às novas necessidades, não só dos serviços da Misericórdia,

31. A.S.C.M.L., Livro de Despesas das Obras – 1788 – 1833, Ano 1788 e 1789.
32. IAN/TT, Ministério do Reino, Planta geral de S. Roque, cerca e mais edificios..., copiada por M. J. Bernardes (Cx. 5270, IV- C – 114 (39). Relativamente à planta do Arquivo da Misericórdia, existe um pagamento de 51\$200 ao Sr. Francisco de Abreu para ele distribuir pelas pessoas que trabalharam no seu levantamento (Documentos de Despesa do Cofre, Cx. 294).
33. A.S.C.M.L., Livro de Despesa das Obras – 1788 – 1833, Ano 1800. Sobre esta casa, ao que parece, se determinou acrescentar a Secretaria dos Expostos, com a construção da Casa dos Armários no claustro, na direcção da Ca-



Planta geral da Igreja de S. Roque, cerca e mais edificios que hoje pertencem à Santa Casa da Misericórdia, c. 1808, Arquivo Histórico / Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

como também de saúde e salubridade, de acordo com uma legislação mais exigente. Contudo, talvez uma das mais marcantes, e que neste ano se comemora o centenário, seja a instalação do Museu de São Roque, precisamente no primeiro claustro, o mais nobre da zona residencial da antiga Casa Professa jesuítica. O projecto da reforma e regularização da fachada do edifício da Misericórdia foi da autoria do arquitecto Arnaldo Rolan-

pela dos Baptismos (110\$000) – Actas da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia e Hospital Real de São José, Livro II, 12 Fevereiro 1846.
34. A madeira para os telhados importou em 190\$069 e para a casa da roda em 37\$000, esta última comprada a Raimundo José Penaforte; a pedra para a cerca foi comprada a José António Rodrigues por 22\$400 e a cal a Bernardo José por 62\$000; existe ainda o pagamento a Sebastião Francisco da Rocha de 149\$990 de vários aviamentos para os telhados e outros recibos de pequenas quantias. Um desses recibos, relativo ao pagamento de pregos, refere a “roda de cima” e a “roda de baixo”, levando a pensar que existiam duas rodas, mas a restante documentação é omissa.

do Adães Bermudes que, por ele e pela direcção das obras, recebeu 12:579\$566³⁵. O empreiteiro foi António Ribeiro, a quem se pagou 7:340\$790, em diversas prestações, acrescido de 626\$457 em Março de 1905. A maioria dos recibos era autorizada, em nome do arquitecto, pelo desenhador Francisco Soares O'Sullivan, que acompanhou as obras.

Estas iniciaram-se em Setembro de 1902, começando na sala da 4.ª repartição ou antiga tesouraria ou contadoria, obra no valor de 470\$000 arrematada por Zacarias Gomes Lima, e na casa da roda, transferida em Outubro, por 36\$880, onde trabalharam o pedreiro António Henriques, os carpinteiros Alberto Rodrigues, João da Costa e os serventes João Ferreira, Casimiro Pereira e José Pinheiro. Em Janeiro de 1903 transferiu-se também provisoriamente para outro espaço a tesouraria, onde trabalharam os carpinteiros Manuel Altero e António Sabino e o pedreiro Manuel Ramalho (113\$340).

Apeou-se a cobertura e demoliram-se o fasquiado e estuque dos tectos; apeou-se toda a parede da fachada principal ao nível do 2.º piso, dois terços no piso térreo, parte da fachada posterior e parede divisória da portaria, devido sobretudo ao adiantado estado de ruína em que estas paredes se encontravam, conforme se verificou durante a execução das obras; demoliram-se os arcos de ressalvo e padieiras das janelas, para dar maior altura do que a prevista no projecto, e do arco de ressalvo na parede da igreja, que aliás teve de ser escorada e consertado o cunhal; demoliu-se a escada do coro e a do arquivo e respectiva trapeira, arrancaram-se alizares e roda-pés de toda a sala do primeiro andar, azulejos, as grades das janelas e o encanamento de gás da antiga sala da Mesa, onde se instalou posteriormente a sala de extracções.

A fachada principal foi refeita, aumentando a altura das janelas do primeiro piso (inutilizando as antigas portas, caixilharias e molduras), e o que resultou num sensível aumento da fachada, regularizou-se a fenestração, utilizando em todos os elementos cantaria de Sintra, formando três eixos regulares de portais sobrepostos por janelas de sacada avan-

çada com frontões, sendo o central alteado e interrompido por brasão e lápide inscrita; este último conjunto foi contratado com Germano José de Salles por 535\$000, pago a 21 Setembro de 1903. Relativamente à cobertura, decidiu-se, ao contrário do projecto inicial, que a estrutura ou “cobertura metálica” abrangesse todo o corpo da frente do edifício, em toda a sua extensão, sendo coberto por telha marselha; o vigamento, barrote e madeiramento empregue em toda a obra vieram do pinhal Real.

A sala do arquivo foi das primeiras instalações a ficar concluída. De facto, uma ordem de pagamento ao empreiteiro de 20 de Abril de 1903 documenta que a obra do arquivo estava completa. Apesar de não ser certa a sua localização, pensa-se que ficava na ala Oeste do claustro, e nele se colocou uma nova escada, com grade de ferro, e porta de acesso, pagando-se ainda, em Outubro de 1904, 4\$800 pela construção e assentamento de 200 metros de prateleiras.

A sala da tesouraria, onde se construiu uma caixa-de-ar e as paredes de tijolo se revestiram de cimento armado para aumento da segurança, foi ampliada, havendo necessidade de colocar colunas de ferro para sustentar o tecto, estucado sobre fasquiado, e construiu-se uma nova instalação sanitária, pois a existente “teve de ser desmanchada, por causa da demolição do antigo frontão”; no pavimento colocou-se “*pitch pine*”. As obras estavam também praticamente concluídas em Abril de 1903, por isso, pouco depois se colocou o mobiliário, o balcão e guarda-vento, feito por Bernardino Dias das Neves, de que ainda existem fotografias da época. Em Agosto, pagou-se a transferência da tesouraria para o seu novo espaço (9\$960). No corredor de acesso às repartições da contadoria colocaram-se as lápides com o nome dos benfeitores que anteriormente estavam na casa de entrada, e compraram-se outras a António Moreira Rato & Filhos, por 725\$750, em Junho de 1904.

Na portaria, rebaixou-se o solo, regularizou-se o pavimento e arrancaram-se os antigos azulejos, que se arrumaram em caixotes, executados para o efeito. A decoração que recebeu

35. Já no ano de 1901 fora ele o responsável pelo projecto de instalação da sala de extracções da lotaria no espaço do segundo claustro, transferindo-a

da sala da Mesa, e para o qual se demoliram as capelas que separavam os dois claustros, criando assim nesse espaço um amplo corredor.

era inteiramente nova. Assim, refez-se o tecto com vigas que se pintaram a imitar pau-santo; construiu-se uma nova escada de acesso ao segundo piso, com guarda em ferro pintada a imitar bronze e as armas douradas, e corrimão de ferro (este comprado em Fevereiro de 1904, por 195\$000); a escada foi pavimentada a “*pitch pine*”, pintado a tinta escura; as paredes da escada foram pintadas a óleo, de cor lisa, com faixas imitando alabastro e molduras imitando “*vert. Antiqué*” ou, como diz na Memória Descritiva da obra de pintura, a imitar escaiola, e rodapé imitando mármore preto; fez-se um lambril de madeira agarrado à grade de ferro da escada pintado a imitar mármore e a almofada em tom liso. No topo da escada, os quatro vãos das portas foram igualmente pintados a imitar pau-santo encerado.

No vestíbulo, onde se aumentou a altura dos vãos e portas, pintadas a imitar pau-santo encerado, foi assentado mosaico no pavimento, fizeram-se molduras e ornatos no tecto e as paredes foram pintadas em “estruque brunido a ferro imitando escaiola”; recebeu também uma porta nova. Na sala de espera, o tecto foi pintado em tons lisos.

A sala do Tesouro foi a que recebeu maior atenção decorativa. Fez-se o tecto em abóbada de tijolo e o estucador Manuel Ennes Trigo executou os estuques da sanca e tecto,

reproduzindo os que anteriormente ali existiam, os executados por Grossi. Esta reprodução só foi possível porque, antes da demolição do antigo tecto, Manuel Ennes Trigo havia reproduzido em gesso os ornatos de um canto e um centro da sanca e armas do tecto, para serem fundidos a barro e refundidos a gesso. Pelo trabalho, executado em mais de metade em Dezembro de 1903 e concluído em Maio do ano seguinte, Manuel Trigo recebeu 450\$000 (100\$000 eram pela feitura do molde), verba que incluía também o estucar dos tectos e paredes da escada, vestíbulo e ante-sala do tesouro. Os estuques, quer desta sala, quer dos espaços anteriormente referidos, como as escadas, foram pintados e dourados por Caetano Nogueira que, por tudo, recebeu, em Fevereiro de 1905, 409\$675.

No pavimento colou-se mosaico e recebeu cinco portas de ferro e uma nova moldura na porta de acesso, tendo a sua colocação entrado no Orçamento suplementar das obras, que recebeu ainda um guarda-vento, feito, em Março 1905, pelo carpinteiro Manuel Altero (28\$800)³⁶. Na sala colocou-se ainda um biombo pintado e envernizado imitando madeira escura e duas grades de madeira para forrar duas molduras pintadas e imitando pau-santo³⁷.

Terminadas as obras, inaugurou-se solenemente o Museu

36. O preço total da obra de regularizar a fachada e instalar o Tesouro importou em 13:607\$987, sendo 5:465\$895 em despesas de trabalhos não previstos inicialmente, conforme a Memória Justificativa do próprio arq. Adães Bermudes, datada de 13 de Março de 1905: 15\$479 em escavações; 124\$634 em demolições de alvenarias e cantarias; 46\$902 no campo dos azulejos e coberturas; 65\$453 em demolições de carpintarias; 3\$730 em arranque de grades e ferragens; 2\$608 em aterro; 656\$459 em alvenarias e cantarias devido à reconstrução das paredes demolidas; 1:166\$881 em carpintarias; 1:131\$869 em revestimentos e coberturas; 8\$000 em canalizações; 1:784\$102 em obras metálicas e ferragens; 300\$358 em pinturas e 159\$424 em vidraças (A.S.C.M.L., Documentos de Despesas do Cofre, Cx. 489, Março 1905). Para além dos trabalhos descritos, outros existiram de menor importância, como a construção de uma nova escada de serviço, o desentupir, limpar e consertar o cano de esgoto de parte do edifício (24\$640), a colocação de pára-raios (134\$645), a reconstrução do muro da cerca da Misericórdia e até a construção de um posto para a Guarda Municipal (31\$1640), para garantir a segurança do Tesouro da Capela de São João Baptista. Realizaram-se ainda obras em vários espaços cuja localização é, por enquanto, imprecisa: é o caso das camaratas da Visitação, de D. Maria II,

onde trabalharam o pedreiro Manuel Ramalho, de Santa Ana e dos Santos Inocentes; da enfermaria de Santa Vitória, que incluía capela, consertada em Agosto de 1902; da capela dos Baptismos, desmantelada em Janeiro de 1903, já que se arrancou o soalho e o vigamento, que estava podre, consertou-se as paredes e tecto, e desarmou-se o altar, ali colocando uma prateleira, tudo por 42\$000, mais 41\$380 de fêria dos que ali trabalharam, sendo encarregado da obra João Filipe Nunes Júnior; aliás, em Abril do ano anterior, Júlio Gomes Ferreira & C.^a havia consertado 2 candeeiros para a mesma capela. Refira-se ainda a residência do Sr. Director, que recebeu trabalhos no valor de 89\$935, em Janeiro de 1903; as casas térreas do Reverendo Padre Tesoureiro, cujos sobrados foram substituídos em Agosto de 1903 (5\$230); a casa que servia de cavalariças e dependências, cuja fêria dos que ali trabalharam em Julho de 1904 importou em 57\$025.

37. Para a sala do Tesouro construíram-se amplas vitrinas, com recibos de pagamento entre Dezembro de 1902 e Março de 1905, pintadas e douradas pela enorme quantia de 2:234\$484. Foram executadas pelos carpinteiros Manuel Altero, João Pedro, António Sabino, Alberto Rodrigues, João Dias e pintadas por Joaquim Teodoro, José Cunha, Inácio Francisco, José David, José de Oliveira (tendo como serventes Domingos Fernandes e Paulo Pinto) e

do Tesouro de São Roque, no dia 11 de Janeiro de 1905, na presença das grandes individualidades do Reino e do próprio monarca.

Os trabalhos na igreja decorreram sensivelmente ao longo das obras do novo Museu, consistindo em reparos, como o de 1902, data em que se colocaram algerozes de zinco (68\$150), ou obras de maior envergadura. Nesse mesmo ano, Alfredo Frederico Santos dourou a prata a cancela da Capela do Santíssimo, 2 tocheiros ornados e 6 lisos por 158\$000; deslocou-se e consertou-se a pia baptismal (77\$315); colocou-se uma grade de ferro numa das capelas, executada por Joaquim Vieira (40\$000); e Zacarias Ascensão dos Santos dourou a ouro fino a cruz que encima o frontão da igreja (50\$000). No ano imediato, o empreiteiro Manuel Viegas tomou a obra de lavagem das cantarias exteriores

e pequenos consertos nas paredes e cimbalha da igreja por 444\$000; consertou-se e raspou-se a tinta o guarda-vento da porta principal, por 61\$935, incluindo as “drogas” para o trabalho; colocaram-se os vitrais nas duas janelas laterais do coro, comprados na Loja G. Peixoto, da Rua Nova do Almada, 8, por 19\$800; fizeram-se e coloraram-se novos bancos na igreja (9\$960). Em 1904, o carpinteiro Alberto Rodrigues colocou caixilhos e vidros foscos nas tribunas da igreja, que se reformaram (69\$860); consertaram-se os telhados da capela do Senhor dos Passos (9\$890) e o seu soalho (9\$540); o pedreiro Manuel Germano e o carpinteiro Bernardino Lima realizaram alguns trabalhos na casa do despacho e sacristia da igreja (154\$180); e fez-se uma nova escada para o coro, reconstruindo-se as paredes da escada³⁸.

douradas por José Naredo, para o que se comprou um milheiro de ouro fino (15\$600). Para além destas, fizeram-se ainda quatro vitrinas com colunas torneadas, capitéis entalhados e guarnecidas de pau-santo (220\$000), de que ainda existem fotografias antigas. Ao entalhador desta obra, Vicente de Sousa, pagou-se ainda, a 25 de Fevereiro de 1905, por duas armas e quatro festões estilo D. João V, segundo o desenho copiado da Capela São João Baptista (104\$000), pelo restauro de dois bancos de pau-santo (30\$000) e pela ornamentação num pedestal de pau-santo para colocação das armas e festões (19\$500). Para complementar a montagem da sala e a sua ornamentação pagaram-se, entre Outubro de 1904 e Fevereiro de 1905, diversos artigos e paramentos e outros trabalhos de decoração: a Francisco Ribeiro da Cunha (708\$979), armador Pedro Alexandre Valente (19\$500), ao estofador Pedro Alexandre Valente; a Castanheiro & C.^a (477\$880), a Barbosa & Costa (286\$420). Procedeu-se também ao restauro de lâmpadas e diversas obras do tesouro da capela São João Baptista, pelo que se pagou a G. B. Cristofanetti 360\$000, a 11 Fevereiro, e à pintura da parte de fora do modelo da capela de São João Baptista e a sua base imitando mármore, por Caetano Nogueira.

38. Nas várias incursões de datas específicas efectuadas na documentação de despesas do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, detectaram-se muitas obras realizadas nos vários edifícios da instituição ou até mesmo no núcleo de São Roque, que não tinham cabimento neste estudo. No entanto, não quisemos deixar de apontar as referências pontuais relativos a elementos decorativos da Igreja de São Roque, uma vez que constitui o espaços mais querido e importante da Misericórdia, do próprio público e investigadores em geral, e que ainda tem tanto por averiguar. Assim, referimos que em 1788, de Maio a Julho, decorreram obras na igreja no valor de 1:570\$291; em Outubro de 1789 procedeu-se à limpeza dos painéis da igreja; em Novembro dourou-

-se a banqueta da capela-mor e o apainelado do arco da Capela de Nossa Senhora do Pópulo (24\$000); em Janeiro e Fevereiro de 1790 reformaram-se as janelas da igreja (86\$400) e em Outubro dourou-se as grades da Capela do Santíssimo (40\$000) (A.S.C.M.L., Livro de Despesa das Obras, 1788 – 1833, Ano 1788, 1789, 1890). Entre 1862 e 1863, pagou-se a José Maria de Salles 800\$000 pelo restauro dos quadros da igreja; também em 1863 se pagou ao mesmo pela pintura do tecto da Capela do Santíssimo (80\$000), a Ponsiano Pieri do conserto e limpeza de 4 estátuas da igreja (20\$000), a Pedro Maria de Sousa do dourado das molduras dos sobrearcos da igreja (90\$000), das cancelas da igreja (110\$000) e do dourado na Capela de Jesus Maria José (150\$000). Em 1864 fizeram-se obras no adro, comprando lajeado à firma Moreira Rato, e em Agosto do ano seguinte pagava-se o gradeamento do mesmo à Fábrica Fénix (350\$000). Em 1877 trabalhava-se no camarim da capela-mor, visto existirem despesas de pregos (2\$040) e de drogas (5\$185) para ele. Entre 1878 e 1879, para além das grandes obras realizadas no edifício dos expostos e da Santa Casa (no 1.º e 2.º pavimento), compraram-se, em 1878, à firma Moreira Rato 2 revestimentos de mármore branco e rosa para a Capela do Santo Cristo e Mil Virgens (220\$000) e as banquetas para os mesmos (64\$000); em 1879, Júlio César da Silva fez a iluminação a gás na igreja, comprou-se novamente à Moreira Rato duas credências de mármore branco polido com embutidos rosa (92\$000) e mármore polido para as capelas de São Roque, Santo António, São Francisco Xavier e Jesus Maria José (920\$780); colocaram-se 22 vidros foscos na tribuna (73\$530), cuja ferragem importou em 61\$920; procedeu-se à lavagem das cantarias da igreja e pinturas (90\$000); gastou-se 24\$375 em obra de carpintaria na igreja; Estêvão José dos Reis pintou as quatro frentes e beirais da igreja e procedeu à caiação da torre; neste ano, os jornais para a obra da igreja, até Setembro, foram 315\$710 e os gastos em drogas 31\$470.

O Convento de São Pedro de Alcântara

A fundação do Convento de São Pedro de Alcântara não foi, tal como São Roque, pacífica, uma vez que nem todos os religiosos da reforma Arrábida concordavam com a sua fundação e, por outro lado, os frades de observância mais restrita condenavam-na. O próprio local de implantação também não foi de imediato aceite. Por exemplo, D. Pedro Coutinho deixara em testamento aos frades arrábidos umas casas para a construção do convento, mas como o grupo de estreita observância não as aceitou, os frades acabaram por dar em troca a D. Pedro a capela de São José de Ribamar para sua sepultura.

Os anos passaram, e os frades arrábidos acabaram por obter um breve de Alexandre VII autorizando a fundação do convento. Assim, aceitaram umas casas oferecidas por D. António Luís de Meneses, 1.º Marquês de Marialva, Governador de Armas, já que ele desejava fundar um convento dedicado a São Pedro de Alcântara, na sequência de um voto feito ao santo, de quem era muito devoto, pelo bom sucesso de várias batalhas, entre as quais a de Montes Claros³⁹. Sendo Provincial Frei António da Purificação, instalaram-se os frades, em 1672, num pequeno hospício “que se ordenou em humas casas na rua das Flores contiguas ao Palacio do mesmo Marques”⁴⁰, realizando então a cerimónia das Endoenças. Após a Semana Santa, os frades transferiram-se para o sítio onde se implanta actualmente o convento, para umas casas, avaliadas em vinte mil cruzados, oferecidas por Marcos Rodrigues Tinoco, Secretário da Mesa da Consciência, e outras que se compraram aos Condes de Avintes, a expensas de Manuel Delgado de Matos, desembargador dos Agravos e chanceler da Casa da Suplicação⁴¹.

Foi, pois, sobre estas casas, bem próximo da Casa Professa de São Roque, que se construiu o convento, conforme nos diz Frei José de Jesus Maria, com 20 celas e demais oficinas necessárias, e a igreja no meio, com três altares, sendo dedicado a São Pedro de Alcântara (canonizado em 1679), e tendo recebido o título de Guardiania. Segundo o mesmo Cronista, a cerimónia do lançamento da 1.ª pedra para a construção da igreja foi realizada a 19 de Abril de 1681, sendo já Provincial Frei João de São José, e tratava-se de uma pedra de jaspe branca, tendo esculpidas as insígnias de São Pedro de Alcântara, as armas do Papa Clemente X e as do Reino; foi lançada sensivelmente na zona do nártex, do lado esquerdo, e sobre ela o Marquês de Marialva (o 2.º, D. Pedro António de Meneses, visto seu pai ter morrido em 1675) deitou vinte moedas de ouro.

As obras de construção foram custeadas por vários beneméritos, dos quais se destacam os Marqueses de Marialva, tendo D. Pedro dado um conto de réis para se fazer a capela-mor e, para o sustento dos frades, 60\$000, um moio de trigo, 12 cântaros de azeite e 40 arratéis de cera lavrada; o Desembargador Manuel Delgado de Matos⁴² e o Cardeal D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral do Reino e Síndico-Geral da Província, que, para além dos 2\$000 semanais para o sustento dos frades, deu 400\$000 para se fazer o claustro. D. Veríssimo, acabaria, a 11 de Dezembro de 1693, por instituir testamentariamente uma capela que deveria ser construída no lado direito do nártex da Igreja de São Pedro de Alcântara, junto ao jazigo que em vida mandara construir e que ele próprio visitara, estipulando ainda que nessa capela se deveriam dizer quatro missas quotidianas, para as quais deixou 86\$000.

Em 1685, na 4.ª feira da Semana Santa, e sendo Provincial

39. Segundo voz corrente, voto semelhante levou o mesmo 1.º Marquês de Marialva a construir poucos anos depois, em 1675, um outro convento franciscano, em Cantanhede, com o orago de Santo António e sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

40. MARIA, Fr. Joseph de Jesus, *Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrabida*, tomo II, Lisboa, Oficina de Joseph Antonio da Sylva, M.DCC.XXXVV, pag. 546.

41. Idem, pag. 546.

42. Este deixou aos Arrábidos uma grande quinta junto da vila de Almada para ali fazerem um hospício de convalescença, mas que eles venderam por ser um sítio doentio, aproveitando parte do dinheiro para pagar aos condes de Avintes o sítio da fundação do convento; algumas fazendas em Castelo de Vide, 12 mil cruzados em dinheiro e os bens da sua casa, que renderam 24 mil cruzados e que deveriam ser aplicados nas obras do convento. Manuel Delgado de Matos pediu para ser sepultado no convento, mas enquanto não ficou pronto, seu corpo permaneceu em São Vicente de Fora (MARIA, Fr. Joseph de Jesus, *op. cit.*, pag. 548).

Frei Crisóstomo de Santo António, a igreja abriu ao culto, com a transferência do Santíssimo, permanecendo, no entanto, o restante edifício por concluir. Segundo Frade José de Jesus Maria, o claustro foi concluído em 1695, data em que ali se começaram a sepultar os frades de vários conventos falecidos na Enfermaria Provincial de Lisboa, e a capela do Cardeal, dedicada aos Santos Mártires de Lisboa Máxima, Veríssimo e Júlia, ainda não estava concluída no ano imediato.

O modelo arquitectónico

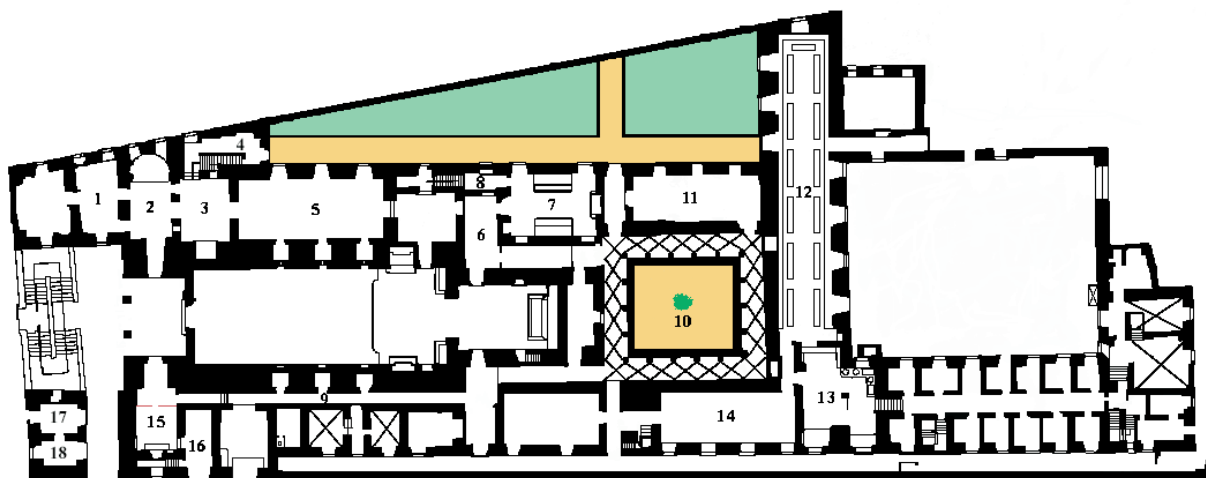
A caracterização do modelo arquitectónico de um imóvel como São Pedro de Alcântara nem sempre é fácil, não só devido às transformações operadas após o terramoto, cujos danos continuam, na verdade, por apurar, mas também devido à sua evolução natural posterior e à ausência de documentação que nos ajude a compreender essa mesma evolução.

Os Estatutos da Província da Arrábida, no entanto, dão-nos uma preciosa ajuda, uma vez que são bastante específicos quanto à construção e planimetria dos seus conventos. Assim, referem que “a traça para qualquer convento mandará o Irmão Ministro fazer pelo modello da casa da Província mais reformada, & ajustada ao nosso modo, a qual não se dará à execução, senão depois de vista, & aprovada pelos Mestres, & Architectos assim como de dentro como de fora da Província, que melhor o entenderem”⁴³. Não deviam ser edificadas muito longe dos povoados nem muito próximos deles. A igreja teria 26 palmos de largura e o comprimento, desde a porta até à parede do arco triunfal, não deveria exceder os 80 palmos, ficando sempre o “coro por alpendre de fora”. As cadeiras do coro deveriam ser “chãs”, a igreja devia ter apenas três altares, com retábulos igualmente “chãos”, mas de boas pinturas, e pelo menos dois confessionários embutidos, com vão dando para a clausura. A sacristia deveria ter de comprimento e largura 18 palmos, com os “cayxoens” ou arcazes, e a sala do capítulo 15,5 palmos

de largura e 21 de comprimento, com altar. O claustro deveria ser proporcionado no seu vão e os corredores com 7 palmos de largura. O refeitório não deveria ultrapassar os 18 palmos de largura e 20 de comprimento, não tendo púlpito nem estante de leitor, mas apenas um assento baixo, e a cozinha, disposta no mesmo lanço, com a mesma largura e 15 palmos de comprimento, com chaminé e lavatório; a pátaria ou despensa, com a mesma largura do refeitório, teria 14 palmos de comprimento. O dormitório teria até 18 celas, cada uma delas tendo de comprimento 10 palmos folgados e de largura até 9, tendo apenas uma esteira ou cortiça por cama com uma almofada de palha e um banco pequeno, e o corredor teria de 5 a 6 palmos, tal como a escada, se a tivesse. Fora da “quadra do dormitório”, o convento teria ainda duas casas, que serviriam de livraria e de hospedaria, com 20 palmos de comprimento.

Estas definições construtivas dos Estatutos acabaram por criar uma tipologia arquitectónica entre os vários conventos da Província da Arrábida, localizados essencialmente no distrito de Lisboa, Leiria, Setúbal e Santarém, os quais não diferiam muito relativamente aos outros franciscanos Capuchos. De facto, apesar de a planta do Convento de São Pedro de Alcântara, com as dependências conventuais desenvolvidas de ambos os lados da igreja e o claustro colocado posteriormente à capela-mor, se inserir na vertente menos comum, isto devido a uma necessidade clara de adaptação ao loteamento do terreno na zona, definido numa malha ortogonal, e o que obrigava a uma distribuição espacial com algumas variantes, ele não foge muito ao esquema comum observável nos conventos da Ordem. Isso mesmo procuraremos analisar, socorrendo-nos da planta mais antiga, datada do século XIX e das descrições do autor anónimo nos primeiros anos de setecentos e do cronista Frei José de Jesus Maria. Em termos de planta, possuiria a configuração de um rectângulo, irregular em ambos os ângulos da face Sul, envolvido pelo muro da cerca, frontalmente acedido por portão de ferro, a partir do qual se desenvolvia uma escada de dois

43. Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1698, pag. 78.



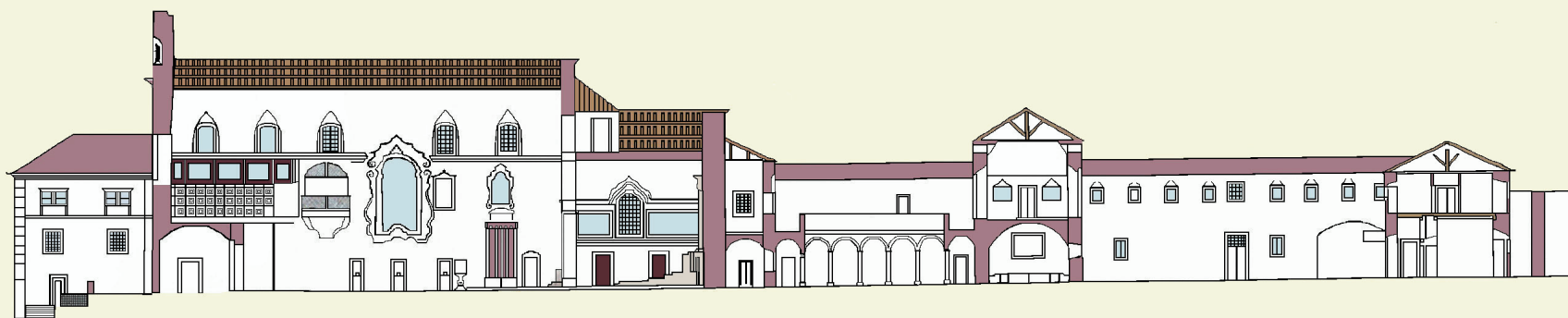
Cópia manuscrita da planta do 1.º piso do *Recolhimento de S. Pedro de Alcântara*,
2.ª metade do século XIX, IAN/TT: Plantas do Ministério do Reino, 5275 – IV/C/119[40]

- | | |
|----------------------------------|---|
| 1 – Casa da grade | 10 – Claustro |
| 2 – Portaria | 11 – Casa do Capítulo |
| 3 – Parlatório | 12 – Refeitório |
| 4 – Quarto do rodeiro | 13 – Cozinha |
| 5 – Casa dos Bispos | 14 – De Profundis |
| 6 – Via Sacra | 15 – Capela dos Lencastres |
| 7 – Sacristia | 16 – Sacristia da Capela dos Lencastres |
| 8 – Casa do lavabo | 17 – Capela do Senhor dos Passos |
| 9 – Corredor dos confessionários | 18 – Sacristia da Capela do Senhor dos Passos |

braços, terminada num tabuleiro com escada para o pórtico. Como é comum nos conventos franciscanos, apresenta os cunhais em aparelho almofadado rusticado. A fachada principal ficava, possivelmente, toda no mesmo alinhamento do pano da igreja, o qual não deveria ser muito diferente do actual, apesar de ter sido reformulado após o terramoto, sobretudo no remate da empena; no nártex, abobadado, duas colunas sustentam três arcos de volta perfeita, o central mais elevado, que são encimadas por duas janelas e, no topo, por nicho com imagem de São Pedro de Alcântara. É interessante notarmos que, ao contrário da maioria dos conventos da Província da Arrábida, que possuem o nártex rasgado por motivo serliano ou por três vãos arquivados sustentados por colunas, o convento de São Pedro opta pelo esquema de três arcos – o mais comum nos conventos capuchos da Província da Piedade –, desconhecendo-

-se, por enquanto, a razão dessa escolha. A sineira, como é mais comum nos Arrábidos, surge colocada lateralmente à empena da fachada.

A igreja enquadra-se nas medidas-padrão fornecidas nos Estatutos da Província, mas optou-se por construir três confessionários embutidos de cada lado, hoje um pouco adulterados, com parede mais recuada ou à face da caixa murária, e comunicando, no lado do Evangelho, para uma sala, chamada na segunda metade do século XIX dos Bispos, e no lado oposto, para o corredor dos confessionários, ainda hoje existente e coberto por abóbada de berço. A nave, antes do terramoto, era apenas iluminada por duas janelas, possuía alta teia de pau-santo a separá-la do presbitério, onde se dispunham duas capelas laterais e duas outras colaterais, com retábulos de talha dourada, tendo os primeiros os lisos em encarnado ou acharoadado. Como era comum nos conventos



Corte do Recolhimento de S. Pedro de Alcântara (cópia anotada), 2.ª metade do século XIX, IAN/TT: Plantas do Ministério do Reino, 5275 – IV/C/119(43)

franciscanos, o arco triunfal, pintado, era encimado por nicho com imagem do Senhor crucificado e a nave coberta por abóbada de berço. O coro tinha cadeiral com duas ordens de cadeiras de pau de angelim, com respaldos divididos em painéis pintados com a vida de São Pedro de Alcântara, e sobre a grade da guarda havia um baldaquino sustentado por quatro colunas protegendo a imagem do crucificado, de marfim, assente num altar; possuía ainda uma estante, que Frei Jesus Maria diz ser obra correspondente à da sacristia, tudo “manufatura de Frades da Província”⁴⁴. Com o terramoto, a igreja deve ter ficado parcialmente destruída⁴⁵, mas um corte do convento do século XIX representa o coro com um cadeiral de almofadados iguais aos que possui actualmente, com duas ordens de cadeiras, encimados por quadros com vida do orago, também correspondentes aos actuais. A capela-mor, com o comprimento igual à largura da nave, comum entre os Capuchos, tinha lateralmente duas portas encimadas por igual número de janelas (esquema alterado na reconstrução após o terramoto), retábulo “de feitio moderno”, ou seja, barroco, também ele em talha dourada e lisos em encarnado, com a boca da tribuna coberta por uma pintu-

ra de São Pedro de Alcântara abraçando a cruz e sacrário de talha dourada. Era coberta igualmente por abóbada de berço, “ornada de pintura”.

O acesso à zona conventual era feito pela portaria, cuja porta se rasga do lado esquerdo do nártex, sendo esse espaço quase quadrado, abobadado, e tendo fronteiro à porta uma zona semicircular com amplo armário, fingindo pedraria, com as imagens do trânsito de São Francisco, acompanhado de 12 religiosos, em tamanho natural. Este grupo escultórico, tão comum nos conventos Capuchos e com exemplares análogos nos conventos de Vila Viçosa e de Portalegre, da Província da Piedade, mantém-se no mesmo local, ainda que uma parede colocada frontalmente o oculte. À portaria, que ainda conserva a roda, segue-se o antigo locutório, tendo à direita uma capela de arco de volta perfeita, recentemente revestida a azulejos da Fábrica de Santana e, à esquerda, no espaço onde hoje se desenvolvem as escadas para o segundo piso, o quarto do frade rodeiro. A sala seguinte, com abóbada de berço, de função inicial desconhecida, era no século XIX designada dos Bispos, talvez devido à colecção de 17 retratos dos Bispos que o convento possuía no seu Inventário dos bens, de 1834. Segue-se uma outra sala de

44. MARIA, Fr. Joseph de Jesus, *Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrabida*, tomo II, Lisboa, Oficina de Joseph Antonio da Sylva, M.DCC.XXXV, pag. 551.

45. Segundo um dos relatos compilados in SOUSA, Francisco Pereira de, *O Terramoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal*. Um estudo demo-

gráfico, vol. 3, Lisboa, Typografia do Comércio, 1928, pag. 541, parte do convento caiu, “nos dormitorios teve grande prejuizo, a igreja foi sepultura de mais de 500 pessoas”. O relato relativo à igreja deve ser, no entanto, um pouco exagerado.

ligação à nave da igreja, e a chamada casa da Via-Sacra, espaço destinado a separar a igreja da sacristia e que comunicava com o claustro, em São Pedro de Alcântara de planta em L, com a ligação ao claustro entaipada, e na proximidade da qual existiriam umas escadas para os dormitórios, designada por “escadas de matinas”, visto que permitia um acesso mais rápido dos frades à igreja quando vinham rezar aquela hora litúrgica, talvez no local onde existe a sua marcação entre a sala anterior e o actual local do lavabo. Este espaço usualmente tinha cruzeiros nas paredes para a celebração da Via-Sacra, desenvolvida a partir do claustro até à igreja, mas não existe qualquer referência a tal, no caso de São Pedro.

A sacristia, após o terramoto, sofreu alguma redecoração, mas ainda conserva pelo menos o antigo mobiliário. A sua planta, rectangular e não quadrangular como definiam os Estatutos da Província, tem, à direita de quem entra, dois magníficos armários de gavetas em madeira com embutidos de laranjeira, segundo o autor anónimo, e, de cada lado, um arcaz de pau-preto com embutidos da mesma madeira, encimados por espaldares com painéis pintados. À esquerda existia um arco de pedra com lavatório de pedra, mas hoje este fica num pequeno espaço fechado no fim da Via-Sacra, sob uma janela. Na parede testeira, como acontecia na Ordem, existe um retábulo, mas o actual já não é o descrito no século XVIII, como sendo de talha dourada, com duas colunas por banda, tendo no nicho central um crucificado de marfim e uma cruz de ébano, por baixo do altar, a imagem de Cristo morto e, ladeando-o, dois nichos de uma coluna por banda albergando dois “ovados”, com imagem de uma santa com relíquia no peito. A cobertura em abóbada, típica dos Capuchos, pintada ao centro com São Francisco recebendo as Chagas, foi substituída após o terramoto de 1755 por um tecto plano, com sanca côncava, ornado de estuques. Os diversos motivos da sua decoração, especialmente nos ângulos, quase totalmente iguais aos do tecto do salão nobre da Casa Professa de São Roque, que, conforme vimos anteriormente, foram executados segundo o molde dos feitos por João Grossi, levam-nos a atribuir a feitura destes ao mesmo artista. A proximidade dos dois imóveis facilitaria a escolha de trabalho feito pelo mestre, cuja actividade era abundante na cidade. A porta da sacristia, de

perfil exterior contracurvado e com volutas, deverá datar do mesmo período das reformas decorativas.

O claustro – talvez proporcionalmente pequeno, com o módulo de 4 X 5 arcos de volta perfeita, não seguindo o esquema quadrado imposto aos Capuchos, tendo os da Província da Piedade e a maioria dos da Arrábida alas com módulo de igual número de arcos – tinha acesso por corredores dispostos lateralmente à capela-mor e por um outro a partir do pátio Sul. Os arcos assentam sobre colunas toscanas e pilares nos ângulos, esquema mais comum nos Arrábidos, e, no segundo piso, apresenta varanda descoberta; no pavimento conserva sepulturas numeradas. Na ala Sul dispõe-se a antiga casa do capítulo, actualmente seccionada em duas pequenas salas interligadas, que no século XVIII tinha um retábulo de três colunas por banda, pintado de muitas cores, com a imagem de Nossa Senhora da Piedade, ladeado por dois nichos, com o mesmo tipo de pintura e imagens de São Benedito e São Diogo; a toda à volta, tinha assentos de raiz de oliveira e cobertura em abóbada, o que ainda mantém, mas já sem a cartela oval central pintada com um coração atravessado por espada e a inscrição “SUAM IPSIUS ANIMAM DOLORIS GLADIUS PERTRANSIUIT”. Para o sermão no capítulo utilizava-se um púlpito portátil, referido no Inventário dos Bens de 1834.

Na ala Oeste, avançando do rectângulo principal do corpo do convento, surge o refeitório, mais comprido que o estipulado nos Estatutos, e a cozinha, ambos conservando actualmente as mesmas funções e coberturas em abóbada, sendo acedidos por portas no enfiamento das alas do claustro; no século XIX, o refeitório era percorrido por banco e tinha 13 mesas. No canto Norte da cozinha, é possível que ficasse a pataria ou despensa. Na ala Norte dispõe-se a casa do *De Profundis*, abobadada; mantém a toda à volta um banco corrido assente em mísulas de pedra e espaldar simples de madeira, possivelmente deste mesmo espaço ou pertencente a um outro; no topo da sala, ficam as escadas comuns a este espaço nos conventos franciscanos e que acediam ao piso superior. Relativamente às várias dependências que se seguem na ala Norte, ao longo do corredor que circunda a igreja, e com portas rasgadas a Norte, desconhece-se a sua função inicial, mas é possível que algumas

tenham servido de casas de arrumação, já que o Inventário dos bens de 1834 refere pelo menos 4 e uma outra junto à capela-mor, provavelmente a que lhe fica posterior e que interliga os corredores. As duas últimas dependências da ala, correspondem à capela dos Santos Mártires e respectiva sacristia, primitivamente sem comunicação com o convento, tal como definia os Estatutos da Província, mas apenas acedidas pela porta da capela e pela da sacristia.

Apesar de não existirem descrições do segundo piso, sabemos que ali ficavam normalmente os dormitórios e outras dependências, com a enfermaria. Em São Pedro de Alcântara, deveriam dispor-se à volta da quadra e ainda, pelo menos parcialmente, ao longo dos corpos que ladeavam a igreja, talvez com um corredor lateral para a face interior. Os cronistas referem que tinha celas suficientes para mais de 40 frades, o que excede o número de celas estipulado pelos Estatutos, e no dormitório da ala Norte tinha uma capela com um retábulo e a imagem de Nossa Senhora da Conceição e, aos lados, duas imagens grandes, uma do Senhor preso à coluna e a outra coroada de espinhos. O Inventário dos Bens do Convento refere uma capela dedicada a São Luís e uma junto ao coro, aliás como sempre existia nos conventos franciscanos, mas desconhece-se a sua localização exacta. O mesmo Inventário refere ainda o Arquivo do Coristado, com 1248 livros em brochura, tendo três estantes compostas de arame e “armões” de madeira, uma banca grande com 8 gavetas e outra com apenas uma, um armário com 4 gavetas e 4 cadeiras com assentos de palhinha; e a livraria ou biblioteca com 6021 volumes, 6 estantes de ler, 9 cadeiras e tripeças e uma estante portátil. Ambos os espaços continuam, por enquanto, difíceis de localizar, mas um deles, sobretudo o primeiro, poder-se-ia localizar na sala grande a Sul do coro.

Exteriormente, o Convento de São Pedro de Alcântara não teria os corpos laterais avançados à fachada principal, formando quase que falsos torreões. Apesar das dificuldades de reconstituição, devido, como já o dissemos, à ausência

de documentação, sabe-se que, pelo menos na fachada Norte, o corpo da Capela dos Lencastres e respectiva sacristia eram térreos, cobertos por telhados. Isto mesmo se depreende pelo facto de o pedreiro João de Barros consertar o telhado da capela, por chover no interior em 1754⁴⁶. Quase 10 anos após o terramoto de 1755, a documentação da capela ainda refere a necessidade de cobrir a abóbada da sacristia com telhado, por continuar a chover no seu interior, e só entre 1763 e 1764 se reparou a parede posterior da capela, abrindo-se a janela ainda existente, de modo a criar o efeito camarim, e cobriu-se de telha. Concluímos, portanto, que só depois desta data, mas ainda durante o século XVIII, ao se iniciarem as obras de reconstrução do convento, se procedeu à construção de um corpo maior, de dois pisos, que integrasse a capela e sacristia dos Lencastres e se prolongasse para Nordeste e, do lado oposto, um outro similar, de modo a criar então os “torreões” actualmente existentes. Assim sendo, manter-se-iam os principais espaços conventuais, ao mesmo tempo que se criavam superiormente quase que duas salas mirantes viradas à cidade. No ângulo Nordeste, do outro lado do corredor de acesso à portaria, criava-se também espaço para construir uma capela dedicada ao Senhor dos Passos e respectiva sacristia, aliás uma nota constante nos conventos franciscanos, normalmente num nicho oposto à portaria e até ali difícil de implantar em São Pedro de Alcântara por o local habitual já estar ocupado pela capela privada dos Lencastres. A existência destes dois espaços é também referida no Inventário dos Bens Conventuais de 1834, e ainda existe; a capela com silhar de azulejos da segunda metade do século XVIII, figurando anjos segurando instrumentos da Paixão, e pinturas murais já do XIX, mas ambos, infelizmente, devolutos e desconhecidos da maioria dos visitantes e estudiosos.

Também modificado após o terramoto, pelo menos decorativamente, é a sala que a Sul antecede o coro, e que actualmente é conhecida por “Capítulo”. Desconhece-se a sua função inicial, mas se alguma vez funcionou como capítulo,

46. COUTINHO, Maria João Fontes Pereira, *Os Embutidos Marmóreos do Retábulo da Capela dos Lencastres do Convento de São Pedro de Alcântara*,

em Lisboa, (Dissertação de Mestrado em História da Arte), 3 vol., Lisboa, Universidade Lusíada, 2002.

só o poderia ter sido após 1755. Não se sabe se o cadeiral corrido que percorre a sala, assente em mísulas pétreas e encimado por espaldar almofadado, foi aqui colocado logo nas obras de reconstrução, ou se durante as reformas posteriores, e se foi transferido de um outro espaço ou executado para a própria. Após o terramoto, seria simplesmente um amplo antecoro? Seria a sala de arquivo do Coristado ou a livraria? Pesquisas futuras poderão trazer à luz novos dados que esclareçam a questão.

Na primeira metade do século XVIII, a cerca tinha algumas parreiras e árvores de fruto, onde se incluía duas figueiras trazidas de Castela. No século XIX, para além da quadra do claustro ter uma árvore, o pátio Sul era ajardinado e existia um outro, mais amplo, também ajardinado e com algumas árvores, a Oeste do convento, à volta do qual se ergueram algumas construções térreas.

Instalação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Na sequência da visita ao edifício de São Roque em 1833, e dando-se conta “do quanto é insuficiente a morada em que” então se encontram os expostos, e “querendo ocorrer aos graves inconvenientes que a estreiteza e falta de cómodo do lugar em que residem”⁴⁷, D. Pedro IV emite decreto, publicado a 31 de Dezembro do mesmo ano, determinando: secularizar o Convento de São Pedro de Alcântara; a Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, encarregada da reforma eclesiástica, distribuiria os religiosos moradores em São Pedro (que levariam os móveis de uso particular), pelos conventos de São José de Ribamar, de Santa Catarina, de Nosso Senhor da Boa Viagem, de Nossa Senhora de Monte da Caparica, de Palhais e de Alferrara; a Misericórdia de Lisboa tomaria posse do convento com todas as oficinas e mobília comum da igreja e sacristia,

alfaias, vasos sagrados e mais objectos de culto; as meninas órfãs deveriam, desde logo, ser transferidas para o convento com as suas regentes e demais mulheres ali empregadas; por fim, a Misericórdia deveria unir a morada onde residiam as órfãs, e que ficava desocupada, à dos expostos, para que estes pudessem gozar dos cómodos necessários.

No início de 1834 procederam-se aos vários inventários dos bens do convento e, a 7 de Julho, procedeu-se ao auto de posse e respectiva avaliação do edifício conventual, “composto de alguns quartos e salas e claustros e pelos armazens e outras construções tudo em pavimento baixo”⁴⁸ no valor de 608\$000 (excluindo-se a igreja e sacristia), pelos avaliadores Cipriano José Nunes, mestre pedreiro, e António José Duarte, mestre carpinteiro.

Em Abril, a Misericórdia queixava-se da situação em que se achavam os expostos “alojados em local insalubre, faltos de amas e de alimentos sadios, donde se segue uma mortandade horrorosa, que chega a nove decimos do numero dos entrados”, mas também das órfãs e das entravadas, devido à falta de rendas e má administração. Considerava da maior urgência levar a efeito a determinação régia, ou seja, de remover as órfãs para São Pedro de Alcântara, “afim de ficarem bem alojadas, e de terem os Expostos num local salubre, desocupado, para mudarem para ele, e sahirem do que ocupão, por ser humido, falto de ar, de luz e muito frio em razão de ter as paredes à terra”⁴⁹.

Nomeada por decreto de 16 de Abril, a Comissão para os melhoramentos da Santa Casa procura acelerar as obras que então começam, quer no convento de São Pedro, quer no edifício de São Roque, nomeando-se Frutuoso João Domingues, membro da Comissão, responsável dos necessários melhoramentos⁵⁰.

Considerando de grande interesse que as órfãs tivessem água corrente, o Sr. Frutuoso solicitou ao Governo autoriza-

47. IAN/TT, Arquivo do Ministério das Finanças, Convento de São Pedro de Alcântara – Ordem de S. Francisco, Cx 2225, Capilha 5.

48. Idem.

49. Actas das Sessões da Comissão Administrativa, 1834, pp. 9-9v.

50. As obras no edifício de São Roque abrangeram quase todo o conjunto edificado. No núcleo designado da Santa Casa as obras importaram em

355\$510 e nelas trabalharam Tomé Paulo e Eugénio Joaquim Vilela, carpinteiros, João José Rebelo, José Tomé, Manuel António, Gualdino José, José Filipe, José Maria, António Palma, Paulino José, João Silvestre, Feliciano José Rapaz, Emídio António, pedreiro, Paulo Ferreira, Francisco Afonso, Inácio José, João António, canteiro, António Joaquim Gomes, aparalhedor, João Silvestre e Alexandre Pereira dos Santos, pintor. A casa da roda recebeu caixilhos no

ção para introduzir meia pena de água no antigo convento, que poderia ser encanada por uma bica particular, devido à proximidade do aqueduto das Águas Livres, e tinha a vantagem de “poder dar sahida aos sobejos para a Casa de Misericórdia pelo mesmo tubo por onde agora vão as dos tanques do largo de S. Pedro⁵¹. Uma Portaria datada de 26 de Abril autorizou o encanamento da água para o convento, estipulando que as despesas deveriam correr pela Misericórdia. O projecto do encanamento foi feito pelo mestre das obras das Águas Livres, Félix José da Costa, e a obra, que decorreu de Junho a Outubro, importou em 165\$656, e foi feita pelo pedreiro José Elias, pelo canteiro João de Sousa e Ricardo José. Para a obra comprou-se 98 palmos de lajeado (7\$840), tijolos (4\$000) e manilhas (1\$200); José Pedro Colares fez uma bomba e o encanamento de chumbo para o convento, a quem se pagou 167\$990, mais 47\$820, em Janeiro de 1835, pela empreitada dos canos no claustro. Para além desta obra, outras se realizaram entre Abril de 1834 e Março de 1835, desconhecendo-se, no entanto, muito do que realmente foi feito, visto a documentação neste período ser pouco específica. É possível que se tenha feito algumas adaptações na zona mais antiga e construído corpos de dois pisos à volta do pátio Oeste, conforme surgem marcados no levantamento da cidade feito por Filipe Folque, em 1857. No entanto, as obras não devem ter alcançado grande envergadura, dada a conjuntura financeira da Misericórdia, com dificuldades especialmente desde 1800, e aos desaires políticos e sociais de Portugal de então. O valor total das obras foi de 1:204\$930 e nelas trabalharam os

carpinteiros Manuel António, Caetano José de Sousa e José Tomé, os pedreiros Emídio António, Henriques José, Francisco Catita, o canteiro Francisco José, os pintores Manuel Maria, José Leonardo, Duarte Alves, o caiador Celestiano José, o trabalhador Matias e um calceteiro, que trabalhou no mês de Novembro, mas não é referido por nome.

Para além da limpeza inicial ali realizada, às latrinas, logo em Abril, e ao próprio convento, em Junho, comprou-se madeira no valor de 102\$000 e madeira de casquinha no valor de 101\$050, tijolos, 200 azulejos roxos por 3\$600 e mais 500 azulejos por 9\$000, não se indicando o tipo destes; em Novembro colocaram-se vidros no oratório da sacristia; para além da pintura que as “Obras Públicas” realizaram no edifício, Nicolau Cipriano José Fernandes procedeu também a pinturas, desde 4 de Outubro a 21 de Dezembro, nomeadamente nas “casas d’estuque, enfermaria, e todas letras e numeração das cellas no dito recolhimento”⁵²; em Janeiro de 1835, Francisco de Paula Lopes consertou o relógio do convento, que foi transferido para o edifício dos expostos, e o que estava na casa da pagadoria, por 16\$000; e em Março pagou-se 3\$200 pela obra de “gesso branco de estuque”.

A mudança das órfãs para o Recolhimento de São Pedro de Alcântara ocorreu na terceira semana de Outubro de 1834, levando a que o antigo recolhimento, em São Roque, passasse a ser designado como Casa ou edifício dos Expostos. Ao longo dos anos, as obras foram-se sucedendo no antigo convento de São Pedro de Alcântara, de modo a melhorar as condições do Recolhimento. Por exemplo, em 1840 dava-se

vos (28\$580), ferragens (2\$400), uma janela nova ou remodelada (18\$200), obras na cozinha, que depois foi caiada (4\$430), consertos no telhado do refeitório da roda, cuja madeira importou em 43\$740, e trabalhos de estuque e pintura por Alexandre Pereira dos Santos (38\$920), que fez nomeadamente alizares em branco e cor-de-rosa; nestas obras trabalharam ainda os carpinteiros Bernardo António e Tomé Paulo, o pedreiro Emídio António, o canteiro José Francisco, e outros mestres como Lourenço dos Reis, Joaquim José, Francisco José e Manuel José, tendo-se pago em jornais e obra 115\$240. Pagou-se ainda em madeira 26\$490 para a roda, 13\$590 para a casa da roda e 3\$000 para o quintal da roda. O pagamento dos jornais na obra da zona dos expostos, em que trabalharam os mesmos mestres, importou em 1:326\$500. No refeitório trabalhou especificamente o carpinteiro António

José, o pedreiro Paulo Ferreira e o canteiro José Francisco, bem como o pintor Alexandre Pereira dos Santos. Na zona do Recolhimento trabalharam os carpinteiros Dionísio Alves e Tomé Paulo, os pedreiros Paulo Ferreira e João Camilho, o canteiro Joaquim António, o pintor Alexandre Pereira dos Santos e o caiador José Vitorino, a quem se pagou 312\$100; comprou-se também 152\$480 em madeiras para o telhado do refeitório do recolhimento. Para além destas obras, consertaram-se os degraus da igreja (1\$200), a cisterna e fez-se um muro novo (8\$510), possivelmente na Quinta Mística, na sequência do acordo com o seu rendeiro para permitir a livre entrada e passeio da família dos expostos, a fim de gozarem de ar puro.

51. Actas das Sessões da Comissão Administrativa, 1834, pag. 14.

52. Documentos de Despesa do Cofre, Janeiro 1835, Maço 217.



Planta de localização de S. Pedro de Alcântara e S. Roque, Filipe Folque, 1857,
in *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa sob a direcção*
de Filipe Folque: 1856 – 1858, s.l., Câmara Municipal de Lisboa, s.d.,
Plantas n.ºs 35, 36, 42 e 43

conta da necessidade de ali executar reparos indispensáveis; em 1843, procedeu-se a concertos exteriores e interiores e dos telhados do Recolhimento por 182\$820, para o que se comprou madeiras a Bernardino José de Carvalho (90\$955), pregos a Joaquim José Fernandes & Irmãos (9\$895), tintas (34\$810) e cal (5\$500); nestas obras, e onde se incluía, por exemplo, o arranjo do vão, cimalha e rótula, onde estava instalado o órgão que então António Inácio Branco transferiu para a igreja da Santa Casa, trabalharam os carpinteiros Gervásio Lopes, Joaquim Ventura e Joaquim Cabral e o pintor António Pedro. Em Novembro concertou-se o cano que conduzia água ao recolhimento (8\$970) e assoalhou-se o refeitório (115\$475), ali trabalhando os pedreiros João António e Jerónimo Bento, este último tendo levantado as lajes, e os carpinteiros António Gonçalves, António Lino, Gervásio

Lopes, Joaquim Ventura, Francisco da Silva, Joaquim Cabral e Ativiano Augusto. Em 1862, decidiu-se abrir uma porta para serventia do recolhimento na Travessa da Estrela, actual Rua Luísa Todi, por 5\$000, correspondendo, provavelmente, à que fica no enfiamento da ala Este do claustro. Apesar destes concertos, as grandes obras de renovação estética do antigo convento só se iniciariam posteriormente, com a melhoria significativa das condições económicas e sociais da Misericórdia de Lisboa. As obras decorreram de 1877 a 1883, e, tal como havia acontecido na Casa Professa de São Roque, iniciaram-se na igreja, intensificando-se na zona do Recolhimento só à medida que as da igreja iam chegando ao seu término, no final de 1878. A análise do quadro evolutivo da obra é suficientemente elucidativo. Pelos recibos dos materiais⁵³, percebemos a existência de

ANOS		Féria	Aviamentos	Drogas	Madeira	Ferragens	Serralharia	Vidros	Canalizações	Cantaria
1877	Igreja	2:543\$735	125\$340	33\$520	1:353\$433	133\$210	1\$040	68\$010	—	—
	Recolhimento	711\$000	128\$830	108\$783	489\$704	36\$650	1\$180	1\$668	3\$680	—
1878	Igreja	1:085\$069	12\$260	121\$356	142\$300	26\$248	42\$902	7\$640	147\$840	17\$600
	Recolhimento	1:471\$878	125\$670	75\$353		13\$540	9\$720	27\$036	35\$243	74\$130
1879	Igreja	—	3\$140	7\$525	—	2\$580	—	—	—	—
	Recolhimento	2:596\$960	209\$720	16\$625	842\$080	164\$825	—	102\$086	63\$710	6\$770
1880	Igreja	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	Recolhimento	2:497\$096	251\$350	157\$240	646\$680	105\$250	55\$660	88\$612	73\$398	94\$255
1881	Igreja	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	Recolhimento	3:261\$923	105\$930	129\$731	771\$580	111\$370	96\$098	163\$458	161\$445	81\$650
1882	Igreja	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	Recolhimento	5:990\$185	443\$320	235\$804	1:115\$582	142\$630	245\$880	106\$104	199\$505	213\$470
1883	Igreja	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	Recolhimento	3:656\$118	354\$200	409\$545	1:362\$052	—	245\$204	233\$862	143\$733	163\$393

Quadro evolutivo das obras no Convento de S. Pedro de Alcântara 1877-1883

53. Nos aviamentos estava incluída a cal, em pó ou em pedra, comprada a Vicente Ferreira Nunes e a Carlos Ernesto Augusto Ribeiro e, em 1883, a Policarpo Domingos da Costa e a João Manuel Gonçalves, a areia, normal ou em períodos coincidentes com a execução de trabalhos de estuque ou pintura da igreja, seca do rio, tijolos, telhas, manilhas e telhões comprada a Félix José Domingues, na Estância António José Condeixa e a Alberto Cypriano Martins, bem como o transporte de carradas de entulho. As drogas correspondem a materiais de pintura e eram adquiridos à viúva de António José Barreira & Filhos. A cantaria era comprada a António Moreira e Rato e as madeiras a Bernardino Fialho & Ribeiro e, em 1883, a José Gregório Fernandes, tendo-se

comprado para o restauro da igreja casquinhas em grosso, tábuas de pinho da Vieira, varas de castanho, viga de “pitch-pine”. As ferragens eram compradas a Luís Nunes Borges de Carvalho, a Joaquim Vieira, à empresa Miguel Augusto de Lima e a Albino & Comp.^a. Os trabalhos de serralharia eram realizados por Joaquim Vieira e Miguel Canuto dos Santos e, em 1883, por Josué Augusto Moreira. Os vidros eram comprados a António Inocêncio Pereira da Costa, incluindo as telhas de vidro que se adquiriram para o recolhimento em 1877. As canalizações, quer da água, quer do gás, e respectivo concerto das mesmas e das torneiras esteve sempre ao cuidado de Júlio César da Silva e, em 1882, também de Manuel de Matos.

obras na cobertura, pavimentos, canalizações, paramentos e respectivos estuques, quer na Igreja, quer no Recolhimento, ainda que neste último não se saiba o que, de facto, foi executado. Através dos pagamentos de fêria, sabemos que ali trabalhavam os carpinteiros João Martins, Joaquim José, José Alves, José da Costa, José Moniz, Justino da Fonseca, Miguel de Nascimento, José Maria Sequeiro, Carlos Batalha, Domingos Maria, Miguel Eleutério, Augusto Joaquim e Joaquim Carvalho; o servente Félix; os pedreiros Francisco Gonçalves e António José; em Março trabalhavam na igreja o canteiro Manuel José com 3 pedreiros e 11 carpinteiros; em Junho já ali trabalhava um estucador, Manuel de Lima, em Setembro um fingidor, Joaquim Teodósio e em Janeiro de 1878 o dourador António Raimundo. No Recolhimento, os mestres eram os mesmos, mas encontram-se referências ainda aos carpinteiros José Nunes e Bento António, ao canteiro Francisco Sando, aos pintores Gregório de Almeida e José Xavier e ao servente Luís de Campos. O mestre-de-obras em ambos os espaços era João Filipe Nunes.

A documentação refere com maior pormenor as obras decorativas na igreja. Assim, sabemos que, em Setembro de 1877, contratou-se com Pedro Borges (Pierre Bordes), morador na Calçada do Combro, n.º 15, 3.º, a pintura a claro e a escuro das abóbadas da igreja, da capela-mor e da capela do Santíssimo, por 800\$000, pagos em duas prestações, a primeira a ser entregue 90 dias a contar de 1 Setembro; a segunda e última foi paga a 10 de Novembro, encontrando-se então já concluída a obra. A 22 de Setembro, pagou-se

40\$000 a António da Cruz Xavier Leiria por dourar a “douradura” e pintar o ornamento do camarim existente sobre o arco triunfal. Na Acta da Mesa da Misericórdia relativa a 20 de Outubro, refere-se a necessidade de restaurar os quadros que ornaram a igreja, apresentando-se um orçamento do pintor da Academia das Belas Artes Joaquim Prieto, no valor de 374\$000. Esse restauro ficou concluído a 12 de Abril de 1878, conforme verificável pelo recibo de pagamento assinado pelo pintor, a quem se pagou 380\$000, e pela declaração no verso do mestre-de-obras⁵⁴. Prieto, neste mesmo ano viria ainda a restaurar os oito quadros dos arcazes da sacristia, por 60\$000. Em Dezembro de 1877, decidiu-se substituir o altar-mor por um outro, ainda existente, em mármore branco nacional com embutidos azuis, pelo valor de 400\$000. No mês de Abril de 1878 também se concluiu a lavagem de cantarias, caiação e pinturas exteriores, da frente e corpos laterais da igreja, adro e recolhimento, pelo que se pagou a quantia de 68\$000.

Para a conclusão das obras da igreja, decidiu-se ainda proceder à pintura e douramento dos ornamentos e obra de talha da mesma, mandando-se executá-los por António da Cruz Xavier Leiria, cujo orçamento, de 900\$000, foi apresentado em reunião de Mesa, realizada a 3 de Novembro. Os trabalhos, que constaram do douramento do trono e maquete de exposição da capela-mor, molduras do arco triunfal e das quatro capelas laterais, tribunas e ornamentos dourados existentes nas paredes, pintura em “damasco” do fundo do trono da capela-mor e outros, encontravam-se prontos em Julho de 1878⁵⁵. Neste mesmo ano, adquiriu-se

54. Os quadros restaurados foram: 1 grande do coro, atribuído a José Inácio Sampaio, neto de Pedro Alexandrino de Carvalho, encerado e restaurado (18\$000); 13 também do coro, com cenas alusivas à vida de São Pedro de Alcântara, alguns contratados (104\$000); 1 do altar do Santíssimo Sacramento representando a “Ceia de Cristo”, contratado (15\$000); 4 que ficam sobre os altares laterais a 6\$000 rs cada um (24\$000); 1 grande representando a “Virgem em Glória”, de autor desconhecido (27\$000); 1 representando a “Santíssima Trindade corando a Virgem”, original de A. Quillard (27\$000); 1 figurando “São João Baptista pregando”, de Pedro Alexandrino de Carvalho, contratado por ter a parte superior muito deteriorado (60\$000); 4 da capela-mor (2 bastante estragados), a 18\$000 cada (72\$000); 1 do camarim representando “São Pedro de Alcântara em glória”, atribuído a Cyrillo

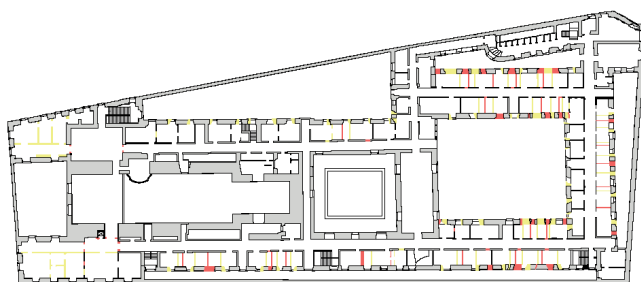
W. Machado, mas já muito repintado (27\$000); 1 pequeno que serve para completar na altura este último do camarim que foi contratado por estar roto (6\$000).

55. António da Cruz Xavier Leiria recebeu ainda 71\$600, a 20 de Julho, por ter dourado e pintado alguns elementos de talha: 3 molduras dos quadros grandes (3\$600), 2 ferros das lâmpadas (2\$000), urna da Capela do Santíssimo (12\$000) e urna da tribuna (11\$000); a “maquete pinha mísula” (20\$000); 2 banquetas ou degraus (2\$000); 3 caixilhos (6\$000); 1 sacário (10\$000); e 1 Menino Jesus grande (5\$000). Em Junho, recebeu mais 125\$000 por ter restaurado oito imagens pertencentes ao recolhimento: a Senhora da Vitória (12\$000); São João (15\$000); São Francisco, São Domingos e Santo António (36\$000); São Pedro de Alcântara (4\$000); um Cristo grande (12\$000)

a António Moreira Rato & Filhos uma lápide de mármore da Arrábida, com moldura e letras gravadas e douradas, por 17\$600, possivelmente correspondente à do Patriarca Tomás de Almeida, no chão da nave.

Em Novembro, as obras da igreja estavam concluídas, pois encontra-se o pagamento de 184\$020 a António Rafael da Cruz Neves pelas armações para decorar a igreja, constituídas, entre outros, por um dossel para a capela do Santíssimo, damasco para a capela do Santo, cortinas encarnadas para a mesma, sanefas e cortinas para o trono, espaldar e tecto da maquina do trono, reposteiros, quatro para a capela-mor e dois no cruzeiro, etc.. Colocaram-se esteiras e tapetes, pelo que se pagou 287\$875 a João Filipe Nunes, e colocaram-se dois “stores” com as armas da casa nas janelas da fachada principal da igreja, comprados a José Machado Correia dos Santos por 22\$500.

Relativamente às obras do Recolhimento, a documentação é muito omissa, limitando-se quase exclusivamente aos pagamentos das várias verbas. Apesar disso, percebemos que, a partir de 1878, elas atingiram grandes proporções. De facto, pelas plantas do 1.º e 2.º piso e do corte existente na Torre do Tombo, possivelmente destes anos,



Cópia manuscrita da planta do 2.º piso do Recolhimento
de S. Pedro de Alcântara, 2.ª metade do século XIX, IAN/TT:
Plantas do Ministério do Reino, 5275 – IV/C/119(41)

e um pequeno (6\$000); 2 tocheiros (16\$000); 12 castiçais (10\$800); mais 6 (7\$200); e 2 peanhas (6\$000). Nos primeiros meses do ano transacto pagara-se também ao ourives Bernardino de Sena Antunes Ribeiro por algumas lâmpadas de prata: 3:023\$950 por duas lâmpadas em prata, lavradas em alto-relevo, ao gosto moderno (2:063\$950) e do seu feitio (960\$000); a 21 de Junho encomendou-se-lhe três lâmpadas para o Santíssimo, semelhantes às da capela-mor, sendo a do centro um pouco maior, por 1:300\$000 de

representam a cores alterações no rasgamento de vãos e distribuição espacial nos corpos envolvendo o pátio posterior e nos que ladeavam a igreja. Ao mesmo tempo, são extremamente significativas as constantes referências documentais ao transporte de carradas de entulho, providas das novas construções e das que se reformavam. Refira-se, a título de exemplo, as transportadas durante o ano de 1879: 216 carradas em Agosto, 106 em Setembro e 139 em Novembro. A leitura da documentação do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia num período mais lato de anos concernente ao Convento de São Pedro de Alcântara e a descoberta de outras fontes poderão, no futuro, esclarecer as dúvidas que hoje permanecem.

À medida que a estrutura ia ficando pronta, compravam-se elementos reveladores de preocupações mentais e estéticas e equipamento que melhorasse o estabelecimento de ensino. Uma nota interessante das primeiras preocupações foi a aquisição de um piano horizontal de 6 ¾ oitavas do autor Collard & Collard (Libras 15) à casa Lence & V.ª Canongia, em 1877, por 68\$700, para assim melhor responder ao ensino de música, piano e canto coral ali iniciado em 1835. Em termos decorativos, verificámos a compra de azulejos, em 1879, a Eugénio Roseira no valor de 193\$720, de três tipos diferentes: 8200 azulejos de “bixa” (147\$600), correspondentes a uma padronagem de linhas sinuosas, 1390 azulejos de pedra torta (25\$020) e 950 azulejos de grega (4\$000), modelos estes que ainda hoje encontramos formando silhares em alguns espaços conventuais. Deve ainda também ter-se realizado alguns trabalhos de estuque, já que existe uma despesa de 3\$380 em betume e gesso.

Certamente para o devido decoro no recolhimento, em 1879, colocou-se, paralelamente com os vidros lisos, vidros foscos numa soma avultada, ao mesmo tempo que se reaprovei-

prata e 900\$000 de feitio, com a obrigação de estarem prontas até ao fim de Novembro. No final do ano pagou-se-lhe mais 33\$400 por coroas de prata, resplendores e uma cruz grande. Nos trabalhos de douramento e entalhador, aqui também trabalhou Pedro Augusto da Costa que recebeu, em 1877, 18\$000 pelo douramento do triângulo e corrente que suspendia a lâmpada da Capela do Santíssimo e, em 1878, 37\$100 por consertar e dourar 16 castiçais, dourar 1 peanha e um globo entalhado.

tavam outros usados. Em termos funcionais, em Outubro de 1877 considerou-se conveniente estabelecer campainhas eléctricas nos quartos das educandas para os das mestras, tendo sido compradas logo no mês seguinte a Wenceslau da Silva Costa, por 293\$080. Em 1878, comprou-se a João Lino Bachelay & Irmão um grande fogão para a cozinha, com dois fornos, duas estufas e uma caldeira central, por 215\$000, com um guindaste “girante”, outros apetrechos (130\$000) e fechos para a chaminé (6\$800). Optou-se ainda por colocar asfalto, talvez como revestimento de algumas zonas ou locais (46\$149) e em espaços específicos, como a despensa nova (27\$478) e o corredor da sacristia (9\$064), trabalho realizado por Marques & José Brito Domingos. Em 1879, adquiriram-se cinco ventiladores em ferro fundido à Fundação João Lino Bachelay & Irmão (6\$100) e outros cinco ventiladores à inglesa à serralharia Josué Augusto Moreira (32\$500), a quem no ano seguinte, se comprou mais quatro (26\$000).

Concluídas estas obras, outras se sucederam, para além das normais de manutenção, conforme assim o exige um edifício permanentemente ocupado e uma instituição pedagógica que se pretendia exemplar⁵⁶.

Considerações finais

A Casa Professa de São Roque, edifício jesuítico seguindo a tipologia geral do chamado “*modo nostro*” de construir da Companhia, simultaneamente conciliatório com as tradições arquitectónicas nacionais, e o Convento de São Pedro de Alcântara, seguindo a tipologia dos conventos da Província da Arrábida, ainda que com algumas variantes devido à disposição do claustro na zona posterior à igreja, caracterizam-se pela regularidade, funcionalidade e sobriedade das formas.

Construídos na proximidade um do outro, de ambos se desconhece muito do seu percurso, devido ao desaparecimento de documentação, e ambos acabaram sendo doados à Misericórdia de Lisboa para fins sociais. Procurámos trazer à luz especialmente os anos mais cruciais da sua história enquanto na posse dessa instituição, desvendando documentos até agora inéditos. Mas, reconhecemos que muito ainda urge fazer. Lançamos aqui o desafio da leitura sistemática dos documentos de despesa da Misericórdia desde 1768, pois só assim se perceberá realmente o que hoje são e qual foi a evolução constante destas duas moles arquitectónicas, tão significativas na cidade de Lisboa. ■

56. Poucos anos depois, a partir de Janeiro de 1895, o Ministério das Obras Públicas ali executou obras de reparação de rebocos, caiações, pinturas e limpeza exterior, cujo orçamento de 3:212\$000 foi elaborado pelo condutor auxiliar João Rodrigues Fernandes (IAN/TT: M. O. P. C. I., Caixa 481, Proc.º n.º 4 (Proc. N.º 600)). As obras abrangeram todas as fachadas do antigo convento, referindo-se na principal, entre outras, a colocação de estuque fingindo mármore, possivelmente na cimalha, substituição do lajeado à entrada da igreja

e escadas e feitura de novas rótulas e persianas; nas restantes fachadas, os trabalhos foram essencialmente os mesmos, nomeadamente a pintura de caixilharias, grades de ferro e persianas, designando-se a frente para a Tv. da Estrela e saguão, um pátio no lado Norte, uma fachada sobre os telhados e terraço, possivelmente uma das que dá para o claustro, e “saguões, não se indicando no entanto a sua localização. A cantaria empregue nos trabalhos provinha de Pêro Pinheiro e o lajeado de Paço de Arcos.